

FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO – FAAP

FACULDADE DE ECONOMIA

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**ÉTICA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO
DAS FINANÇAS MUNDIALIZADAS**

Leandro Guedes

Professor Orientador: Dr. Áquilas Mendes

São Paulo, 2007

FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO – FAAP

FACULDADE DE ECONOMIA

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**ÉTICA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO
DAS FINANÇAS MUNDIALIZADAS**

Leandro Guedes

Monografia de Conclusão do Curso apresentada à Faculdade de Economia para obtenção do título de Graduação em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Doutor Áquilas Mendes.

São Paulo, 2007

Guedes, Leandro. ÉTICA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO DAS FINANÇAS MUNDIALIZADAS, São Paulo, FAAP, 2007, 55p. (Monografia Apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Fundação Armando Alvares Penteado)
Palavras-Chave: Ética, Finanças, Capitalismo, Capital, Mundialização, Moral.

Resumo

Esta monografia discorre sobre a ética no sistema capitalista contemporâneo. A economia de certa forma sempre esteve relacionada à ética. Aristóteles em a *Ética a Nicômaco* (Aristóteles, *apud* Sen, 1999) associa o tema da ética aos fins humanos (produção\riqueza). A economia relaciona-se ao estudo da ética e da política. Mas, fica cada vez mais evidente o caráter não ético que a economia moderna vem tomando, particularmente a partir das décadas de 1980-90 e no apogeu da fase contemporânea do capitalismo, das finanças mundializadas. Dentro deste contexto vários autores, dentre eles Chesnais (2005), constata que a partir de 1979 a lógica do capital portador de juros isto é, o capital monetário rentista\financeiro predomina sobre o capital produtivo.

O objeto central deste trabalho é a investigação da moralidade capitalista que segue atuando travestida sob o véu da dominação do capital financeiro sobre o capital produtivo. Essa característica deve ser atribuída a uma nova fase da história do capitalismo: A mundialização financeira.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1. A GÊNESE DO CAPITALISMO, A ÉTICA E O PODER	03
1.1 A Origem do Capitalismo	03
1.2 Do Feudalismo Para o Capitalismo	05
1.2.1 A Visão de Dobb	05
1.2.2 A Visão de Sweezy	07
1.3 O Caráter Concentrador, Excludente e Iníquo do Capitalismo	09
1.4 Aspectos Conceituais da Ética e Capitalismo	11
2. MORAL E ÉTICA NA ABORDAGEM MARXISTA: A RELAÇÃO HISTÓRICA NO CAPITALISMO	19
2.1 A Moral e a Ética em Marx: a Importância da História	19
2.2 Verdades Eternas, Igualdade, Liberdade e Necessidades	25
3. ÉTICA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	30
3.1 Características Gerais da Atual Fase do Capitalismo	30
3.2 O Imperialismo na Era Neoliberal	34
3.3 O Domínio do Capital Financeiro (Portador de Juros)	38
3.4 O Capital Financeiro, as Empresas e os Trabalhadores	44
CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

O tema desta monografia é a ética no sistema capitalista, principalmente a discussão na atual configuração capitalista das finanças mundializadas. A mundialização financeira é o processo pelo qual os países capitalistas se inserem com o objetivo de levar suas economias ao de mercado global. Esse processo é pautado por políticas de desregulamentação financeira e cambial, que levaram a um processo de centralização da riqueza e aumento da desigualdade social. Neste contexto a busca por uma reflexão ética se faz necessária para a legitimação do sistema econômico vigente.

O sistema capitalista, caracterizado segundo Marx pela posse privada dos meios de produção, é um sistema essencialmente excludente por conta do poder que os detentores de capital exercem frente a classe assalariada, que possui apenas sua mão de obra para vender. A desigualdade presente nas relações sociais se dá no âmbito da produção, via exploração da mais-valia. Os proprietários dos meios de produção material também são proprietários da produção intelectual, por conta do poder econômico que possuem. A classe dominante cria instituições, como o Estado, na busca de manter o poder concentrado a fim de garantir a continuidade do sistema econômico.

Atualmente, o capital produtivo perdeu espaço para o capital financeiro, tornando a análise da esfera financeira e dos movimentos de capital no mercado global ferramenta necessária para a compreensão do capitalismo contemporâneo. A retomada das idéias do neoliberalismo na política econômica dos países capitalistas mudou a lógica do processo de transferência e acumulação de riqueza, principalmente em termos de acumulação via capital fictício, voltado em aplicações financeiras com retornos garantidos via especulação.

A nova classe dominante detentora do capital financeiro exerce seu poder de forma a impor as reformas necessárias para romper as amarras que impedem a sua expansão, como por exemplo as reformas trabalhistas. A questão da ética é colocada então à prova. Faz-se necessária a criação de uma ética peculiar ao sistema e particular, voltada para os interesses de classe, a fim de garantir a manutenção da exploração social característica presente no sistema.

O objetivo desta monografia foi o de mostrar como o capitalismo, na sua origem e principalmente em sua configuração atual, se relaciona com a questão da ética. Além de

discutir o papel da ética na acumulação de capital, analisando o efeito da mundialização financeira no aumento da desigualdade social, demonstrando as características do capital rentista\financeiro nas questões éticas. Parte-se da hipótese que a economia tem a sua origem intimamente ligada a questão da ética e o bem-estar social e o capitalismo desde sua origem e principalmente em sua fase atual – mundialização financeira – se distância e de certa maneira, nunca permitiu espaço para a construção da ética e do bem estar social.

O primeiro capítulo tem a função de fundamentar teoricamente a formação do capitalismo e seu caráter excludente, assim como abordar os principais conceitos sobre ética. O capítulo foi desenvolvido a partir da caracterização do capitalismo como sistema econômico, dos acontecimentos históricos que permitiram seu surgimento e dos conceitos éticos.

O segundo capítulo tem como objetivo a análise da importância da história na configuração das relações sociais. A primeira parte deste capítulo está direcionada ao estudo da forma de como se estrutura uma sociedade e sua relação diretamente ligada as condições materiais da vida. Por fim, o capítulo tem uma abordagem teórica sobre as verdades eternas, analisa o comportamento do homem e sua relação com as idéias de moral e justiça. Demonstra-se que a ética capitalista pressupõe a existência de verdades eternas, que na abordagem marxista são apenas pensamentos dominantes de uma época.

O terceiro e último capítulo trata do poder financeiro internacional, caracterizando a atual etapa do capitalismo, a função exercida pelos países imperialistas, o domínio do capital portador de juros na economia e por fim, trata da relação do capital financeiro com as empresas e os trabalhadores.

Por último, é apresentada a conclusão geral, a partir da abordagem das principais idéias, fazendo um balanço dos conceitos discutidos, e a resposta aos objetivos e hipótese propostos.

CAPÍTULO 1

A GÊNESE DO CAPITALISMO, A ÉTICA E O PODER

O capítulo busca mostrar o sentido da evolução do capitalismo que foi marcado pela distância de uma reflexão sobre a ética e justiça social desde a sua origem até o momento atual, favorecendo a concentração de poder e renda. Para a compreensão da lógica evolutiva capitalista, esse capítulo explicita os traços gerais da acumulação capitalista, desde a própria gênese do capitalismo passando pelo distanciamento da ética, como aborda Sen (1999), até sua característica primordial que é a exclusão e a iniquidade.

Para apresentar os aspectos gerais da lógica evolutiva capitalista, o capítulo está estruturado em quatro partes. Em primeiro lugar, demonstra as principais características do capitalismo, para compreender a sua particularidade. Em segundo, analisa a transição do feudalismo para o capitalismo, a fim de relatar o processo histórico pelo qual a sociedade passou, que de certa forma legitimou o capitalismo atual. Em terceiro lugar, demonstra o capitalismo como um sistema altamente concentrador. Por fim, relata algumas das principais correntes éticas e filosóficas no referido estudo do comportamento moral.

1.1 A Origem do Capitalismo

No decorrer da história, a sociedade se organizou e a partir das diferentes fases e formas de organização, Dobb (1977) ensina que existem três interpretações históricas, três maneiras que aparecem com maior destaque na tentativa de explicar o surgimento do capitalismo, a partir de pesquisa historicamente determinada, respeitando as fronteiras cronológicas.

Segundo Dobb, Werner Sombart buscou identificar o capitalismo através de um espírito, que regia a maneira de organização econômica de cada época. Dobb argumenta que:

“Tal espírito é uma síntese do espírito de empresa empreendimento ou aventura com o espírito burguês de cálculo e racionalidade.” (DOBB, 1977: 15-16)

O espírito capitalista sempre esteve ligado ao homem, mas este se manifestava de forma diferente a cada época da história.

Seguindo o mesmo padrão ideológico positivista de capitalismo moderno, Max Weber (1985) descreveu o espírito capitalista como sendo a forma de racionalizar a busca pelo lucro. Nas sociedades anteriores ao capitalismo, o tradicionalismo freava a busca pelo lucro de forma racional e sistêmica. O ganhar mais e mais dinheiro de forma “justa” é o resultado da eficiência e virtude do homem. Como mostra Weber (1985):

“O mais importante oponente contra o qual espírito do capitalismo entendido como padrão de vida definido e que clama por sanções éticas, teve de lutar foi este tipo de atitude de reação contra as novas situações que poderemos designar como tradicionalismo.” (WEBER, 1985: 79)

Em segundo lugar existe uma corrente que mostra o capitalismo como sendo uma organização de produção para venda a um mercado de varejo. Para Dobb:

“Os atos de produzir e vender a varejo se separam no espaço e no tempo pela intervenção de um atacadista que adiantava dinheiro para compra de artigos com o fito de mais tarde efetuar uma venda lucrativa.” (DOBB, 1977: 17)

Assim, até o regime feudal das guildas se encaixaria dentro do capitalismo, pois o artesão vendia a mercadoria no varejo, nas feiras das cidades. O capitalismo então seria entendido como um sistema de comércio, produção destinada à venda. Para Bücher (*apud* Dobb, 1977), o comércio é:

“A relação existente entre produção e consumo dos bens ou para ser mais exato, comprimento da rota percorrida pelos bens ao passarem do produtor ao consumidor.” (DOBB, 1977: 18)

Por último, Karl Marx, busca o significado do capitalismo através da peculiaridade do modo de produção. Não pela aplicação de técnicas positivas “ao que chamou o estado das forças produtivas”, mas pela posse privada dos meios de produção, das relações sociais decorrentes da forma como o processo de produção se configurou.

A posse privada dos meios de produção separou a sociedade em classes, os que detiam os meios de produção e os que vendiam a força de trabalho. A classe dos trabalhadores assalariados se separou da produção artesanal por não possuírem nenhum tipo de instrumento para realizar a própria produção.

Para Marx a retenção da mais-valia por parte dos detentores dos meios de produção, é característica fundamental para diferenciar o capitalismo dos outros sistemas econômicos. Segundo Dobb:

“Os Homens de capital, por mais aquisitivos não bastam seu capital ter de ser usado na sujeição da mão-de-obra á criação da mais valia da produção.” (Dobb, 1977: 19)

Com exploração do produtor frente ao trabalhador, através da retenção da mais-valia, o capitalismo mostra a sua face concentradora e exploradora. No próximo ponto, busca-se compreender quais foram os fatores históricos que legitimaram a retenção da mais-valia por parte do produtor. Para tanto serão analisadas as condições que permitiram o surgimento do capitalismo como sistema econômico predominante.

1.2 Do Feudalismo Para o Capitalismo

1.2.1 A Visão de Dobb

De forma geral o fator determinante que especifica o feudalismo diante do capitalismo é o caráter peculiar do modo de produção feudal.

No feudalismo, a relação entre as classes (servo e senhor), é contratual, onde o servo pode escolher qual senhor servir, mas essa liberdade não o torna produtor independente de toda produção.

O aparecimento do comerciante dentro do feudalismo acarretou mudanças na estrutura rígida deste sistema. A produção que antes supria apenas o próprio feudo torna-se agente de mudança a partir do momento que o excedente de produção torna-se presente e sua comercialização é realizada de forma sistêmica. Segundo Dobb:

“Como sobreveio uma circulação crescente de dinheiro através da troca, penetrando na auto-suficiência da economia senhorial, como a presença do comerciante ou mercador incentivou uma inclinação crescente no sentido de permutar produtos excedentes no mercado.” (DOBB, 1977: 54)

O que se questiona é se a entrada do comerciante no sistema feudal e a circulação de dinheiro foram à condição única que explica o declínio do feudalismo. Dobb ensina que:

“(...) assim que a influência do comércio sobre a estrutura do feudalismo (...) é submetida a um estudo comparado, entretanto, surgem sérias dúvidas quanto à correção de tal interpretação.” (DOBB, 1977: 55-56)

Dobb argumenta que as peculiaridades de cada região da Europa, até mesmo dentro de cada Estado, devem ser levadas em consideração para avaliar “as fases de servidão”, utilizando como exemplo os estados da Polônia e Boêmia, onde as necessidades da exportação não aboliram, mas sim intensificam as obrigações servis.

A intensificação do comércio não teve força, por si só, para transformar o trabalho servil ao trabalho assalariado.

As relações internas do feudalismo devem ser estudadas para entendermos a desintegração do sistema. Como demonstra Dobb:

“Embora o desfecho real tenha de ser tratado como resultado de uma interação complexa entre o impacto externo do mercado e essas relações internas do sistema, há um sentido em que as últimas podem ser tomadas como tendo exercido a influência decisiva.” (DOBB, 1977: 60)

Seguindo essa linha de pensamento, Dobb acredita que a própria ineficiência da estrutura feudal como sistema de produção, a pressão sobre o aumento da produtividade e a necessidade de renda por parte dos senhores, faziam com que os servos fossem cada vez mais explorados, tornando a luta entre servos e senhores cada vez mais acirrada.

A baixa produtividade do trabalho derivado dos métodos primitivos, do modesto rendimento e do baixo incentivo do trabalho fazia com que a pressão sobre os produtos aumentasse cada vez mais.

O surgimento das cidades foi de fundamental importância para fomentar o comércio. Estes centros independentes de comércio foram uma afronta ao sistema feudal. “(...) em certo sentido se constituíssem em corpos estranhos cujo crescimento ajudava a desintegração da ordem feudal”. (DOBB, 1977: 95)

Essas cidades eram formadas por artesões urbanos, donos dos meios de produção e vendiam a produção em mercados de maneira independente. Como demonstra Dobb, as cidades:

“(...) no curso do tempo conquistaram sua liberdade, em geral com luta, perante a autoridade feudal (...) Contemporaneamente a essas cidades surgiram os primeiros sinais de diferenciação de classes dentro da própria coletividade urbana, e uma oligarquia exclusivamente comercial.” (DOBB, 1977: 96)

Enriquecida pelo lucro recolhido de trabalhos semi-escravos surge uma classe “superior, semi-comercial e privilegiada” que lutou para certa independência e conseguiu uma “entidade separada como um burg”. Constituindo uma classe separada, a classe dos burgueses. Esses burgueses eram corpos estranhos ao sistema feudal, sua condição não provinha da posse de terras produtivas, mas sim de comércio. Assim formaram uma guilda mercantil, controlando o mercado local.

A partir desse estágio, a nova classe de mercadores passou a intervir diretamente na produção, o que logo se tornou obstáculo para o desenvolvimento capitalista. Em um segundo momento os próprios produtores individuais, a partir da acumulação primitiva de capital, passaram a interferir no âmbito do comércio. Essas novas atividades geraram conflitos com as guildas. A última fase desse processo se deu a partir do desaparecimento do campesinato independente, criando a mão de obra necessária para o abastecimento das grandes indústrias.

1.2.2 A visão de Sweezy

Diferentemente de Dobb, Sweezy (1977) acredita que o “motor primordial” (WOOD, 2001: 37) da transição do feudalismo para o capitalismo foi o crescimento do comércio, pois o feudalismo se mostrou um sistema iminentemente fechado e resistente às mudanças. Para modificá-lo seriam necessários estímulos de fora do próprio sistema. Nas palavras de Sweezy:

“Podemos concluir então que o feudalismo europeu ocidental, a despeito da instabilidade e insegurança crônicas, foi um sistema de tendência fortemente acentuada a favor da manutenção de determinados métodos e relações de produção.” (SWEETZY, 1977: 24)

Para dar embasamento teórico à idéia de imutabilidade do feudalismo, Sweezy caracteriza o sistema de produção feudal como um “sistema de produção para uso” (Ibid: 22), em que os mercados são eminentemente locais, e o comércio a longa distância inexistente, tornando desnecessária a necessidade de avançar em termos de produtividade.

Outra característica seria a estrutura das relações feudais, as guerras pelo poder, representada pela posse das terras. Dentro desse importante conflito entre as classes, Sweezy

minimiza: “Os conflitos feudais armados empobrecem e exaurem a sociedade, mas não mostra tendência para transformar.” (SWEEZY, 1977: 23).

Por último, o aumento populacional que segundo Sweezy poderia contribuir para a “instabilidade e insegurança” (Ibid: 24) do sistema, não seria capaz de gerar revolução no mesmo, por existir vias escapatórias para o excedente populacional, como por exemplo o exército de mercenários.

Se nenhuma dessas características mostra-se suficientemente capaz de revolucionar o sistema econômico em questão, o comércio então seria o grande fator capaz de transformar por completo o feudalismo. Um fato relevante para Sweezy é o crescente acesso a novas mercadorias e a vontade dos nobres de consumi-las, vontade essa denominada de “extravagância dos nobres” (Ibid: 28). Com a intenção de obter novos produtos, os nobres incentivaram o comércio de longa distância, como observa Sweezy

“Dobb reconhece a existência desta relação entre o comércio e as necessidades da classe governante feudal, mas parece-me que passa por cima dela muito ligeiramente. Se lhe tivesse dado a importância que ela merece, dificilmente poderia ter mantido que a crescente extravagância da classe governante foi devia a causas internas ao sistema feudal.” (SWEEZY, 1977: 29)

Dessa maneira, podemos notar “um antagonismo fundamental entre o sistema crescente de comércio a longa distância e os princípios básicos do feudalismo” (WOOD, 2001: 41). E, seguindo essa visão, não seriam então os conflitos gerados entre as classes e a “superexploração pela classe governante da força do trabalho da sociedade” (SWEEZY, 1977:41) o motor primordial da queda do feudalismo, e sim “à incapacidade da classe governante para conservar o controle sobre, e conseqüentemente para superexplorar, a força do trabalho da sociedade”. (SWEEZY, 1977, 41)

Na seqüência desta monografia, não se descarta a importância e a contribuição de Sweezy, mas a visão aqui exposta é compatível com a de Dobb, pois acredita-se que a luta de classes entre camponeses e senhores feudais possibilitou a mudança da lógica econômica, que passou a ter como característica os proprietários dos meios de produção de um lado, e do outro lado os vendedores da força de trabalho. Esse antagonismo, anos mais tarde, possibilitou mudanças dentro do próprio capitalismo, principalmente nos países capitalistas centrais.

Como conseqüência de todas essas mudanças, a disparidade da renda crescia, e a pobreza, o desemprego e o subemprego reforçaram a exclusão social. Por outro lado, a ciência

econômica tem na sua origem uma grande preocupação com a questão da justiça social e a ética. Dessa forma, busca-se no próximo ponto expor a identidade concentradora deste sistema econômico.

1.3 O Caráter Concentrador, Excludente e Iníquo do Capitalismo

Todos os sistemas de produção se caracterizam por um determinado conjunto de relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos implicados no processo produtivo. Os seres humanos não produzem individualmente, mas sim como membros da sociedade não havendo assim nenhum tipo de sociedade que não se baseie nas relações de produção.

Diante dessa constatação, Marx aponta para o surgimento das classes a partir da divisão diferenciada do trabalho:

“Nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais.” (Marx, 22: 1961)

Essa divisão permite a acumulação de excedentes de produção que podem ser apropriados por uma minoria, caracterizando a relação de exploração. Na dinâmica da sociedade capitalista, os burgueses entram como sendo a classe dominante, pois são proprietários dos meios de produção. As classes são divididas então em duas extremidades distintas: classe dominada, que não possui os meios de produção e a classe dominante. Como nos ensina Marx:

“A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes (...) a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismo de classes.” (Marx, 22: 1961)

Depois da ampliação do capitalismo, nota-se certa tendência para a criação de duas classes que se encontram nos extremos, em uma oposição direta: a burguesia e o proletariado.

As classes constituem assim o principal embate entre as relações de produção e o restante das atividades sociais, sendo a luta entre as classes a causa e consequência da distribuição e organização do poder político. Segundo Marx:

“Que demonstra a historia da idéias senão que a produção intelectual se transforma com a produção material: as idéias dominantes de uma época sempre foram as idéias da classe dominante.” (Marx, 36: 1961)

O poder econômico, o poder político e o conceito de ética relacionam-se assim intimamente. No capitalismo moderno, a relação não é diferente. Dominado pelas grandes indústrias e competição universal, o poder se constitui de forma concentrada.

O poder político, estatal, não tem caráter universal, e sim particular de classe, da classe dominante. O poder estatal não existe para administrar e zelar pelos interesses de toda a sociedade, mas sim por uma parte ou classe social.

A relação entre poder e valores éticos não é unilateral, a classe dominante tem a possibilidade de disseminar idéias que legitimem sua posição de domínio, mas não devem ser aceitas como expressão da realidade social. As idéias burguesas servem apenas para legalizar as disparidades existentes entre a relação social. A consciência social é formada de acordo com a existência social do indivíduo.

Nas sociedades de classe, as idéias dominantes são as idéias da classe dominante. Assim, a distribuição das idéias depende da distribuição do poder econômico na sociedade. A moral e a ética prevalecente em cada época legitimam os interesses da classe dominante.

As crises capitalistas desempenham uma função importante no despertar da consciência da classe dominada, na medida em que trazem a tona à situação e a disparidade existente entre as classes. As crises tendem a ocorrer como uma recessão acentuada e segue para um período de certa prosperidade para a classe trabalhadora, conforme observado mais acintosamente no período pós 1929. Como observou Marx, as crises: “na sua recorrência periódica põem em questão, de forma cada vez mais ameaçadora, a própria existência da sociedade burguesa.” (Marx, 52: 1961)

A existência de um grupo de desempregados permanentes, “exército de reserva” industrial, é indispensável no capitalismo. A análise de Marx da posição do exército de reserva relaciona-se de perto com as suas considerações no que se refere à pobreza. O caráter contraditório do capitalismo mostra-se dessa maneira da forma mais característica do sistema: a acumulação de riqueza de um lado, e do outro a pobreza e a miséria.

A concentração do capital consiste na medida em que o capital se acumula e o capitalista individual aumenta o capital que está sob o seu controle. A centralização do capital

é a fusão dos capitais existentes. A centralização é ainda promovida pelo sistema de crédito, sendo o setor bancário o setor mais importante desse sistema.

Como citado anteriormente, a partir de uma grande depressão, e principalmente a partir da década de 30, o capitalismo passa a existir como sistema mais equilibrado socialmente. Foi necessária a crise para que, a “natureza anti-social do capitalismo passasse a ser sistematicamente tratada como um problema de Estado.” (TAUILE E FARIA, 235: 2005)

A proteção ao trabalhador assalariado através da inclusão social promovida e assegurada por ações do Estado foi de fundamental importância para o continuísmo do capitalismo como sistema econômico vigente. Os esforços promovidos pelo New Deal americano e as políticas de redistribuição de renda por toda Europa capitalista mostraram-se capazes de diminuir a contradição entre concentração, centralização e exclusão, chegando até a dar a impressão de estabilidade social, “onde o interesse privado tornara-se subordinado ao bem estar coletivo.” (TAUILE E FARIA, 2005: 235)

Mas as crises deflagradas durante a década de 70 trouxeram consigo o retorno das idéias neoliberais, reafirmando o caráter concentrador do capitalismo, aumentando o nível de desigualdade entre as classes, gerado por pífio crescimento da riqueza mundial.

Evidencia-se então que o capitalismo, desde a sua gênese, até atualmente, é alimentado pelas suas contradições. A necessidade de aumentar o capital, a lógica entendida pelo mercado de ganhar cada vez mais dinheiro, e as grandes escalas de investimentos necessárias para atingir a liderança global, forçam o processo de centralização, legitimando a concentração de renda e poder por parte dos grandes investidores. A disputa pelos mercados globais faz parte da fase contemporânea da dinâmica capitalista.

A partir deste contexto, surge uma questão sobre a possibilidade de existir ética em um sistema capitalista. No ponto seguinte, serão abordadas as diferentes posições dos principais pensadores econômicos e filosóficos, referente aos conceitos éticos.

1.4 Aspectos Conceituais da Ética e Capitalismo

A ética fundamenta a vida moral a partir das atitudes do ser humano na sociedade. A palavra ética é originária do termo etohos, que significa costume. Os costumes derivam da

sociedade em que o indivíduo está inserido, e como visto anteriormente, a consciência coletiva já é estabelecida pelos detentores do poder econômico. Isso significa que a moral é reflexo das relações humanas estabelecidas no âmbito econômico da relação capital *versus* trabalho.

A economia sempre esteve diretamente relacionada com a política e o comportamento humano. Sen (1999) destaca duas correntes econômicas das quais derivaram os primeiros estudos relacionados à economia: a corrente “ética” e a “engenharia”.

A abordagem da “engenharia” caracteriza-se “por ocupar-se de questões primordialmente logísticas em vez de fins supremos” (SEN, 1999: 20), relacionando os estudos econômicos a técnicas matemáticas e estatísticas.

Relacionando a economia e a ética ao comportamento humano, para ser mais preciso aos fins humanos, Aristóteles (*apud* Sen, 1999), demonstra a relação existente entre a riqueza e a finalidade do homem. Considerando a “política a arte mestra” (SEN; 1999: 19), a política tem como função utilizar a economia para garantir a prática do bem, pois é a política que legisla sobre a ação do homem.

Como a ética se torna a ciência de praticar o bem, toda ação livre tem como finalidade um bem. O bem como sendo objeto de aspiração do homem torna o bem supremo a felicidade.

A busca da riqueza é fator de estudo da economia, mas toma papel secundário, pois “a economia, em última análise, relaciona-se ao estudo da ética e da política” (SEN, 1999: 19), seguindo esse ponto de vista, Aristóteles busca no fim do Estado a garantia de promoção da qualidade de vida.

Seguindo essa premissa, a relação existente entre a ética e a filosofia política é evidente, trazendo a tona às “questões cruciais que são especialmente básicas para a economia.(...) Como devemos viver? (...) como alcançar o bem para o homem” (SEN, 1999: 19-20).

A primeira questão diz respeito às atitudes com relação à ética, reconhecendo que “as deliberações éticas não podem ser totalmente irrelevantes para o comportamento humano real” (Ibid: 20)

A segunda questão está relacionada com a finalidade do homem, a busca pelo bem, mas em um contexto mais amplo como sendo “mais admirável e mais divino atingi-lo para

uma nação ou para cidades-Estados” (Aristóteles *apud* SEN, 1999: 20), mostrando a importância da ética e criando o conceito de bem-estar, tão difundido atualmente.

Apesar dessa preocupação da economia com o bem-estar desde a sua origem, percebe-se atualmente o distanciamento cada vez mais acentuado entre a ética e a economia. A metodologia aplicada nas publicações e nas políticas econômicas mostra-se alinhada a corrente da “engenharia” desprezando a abordagem ética.

Nesta primeira abordagem, Aristóteles fundamenta a ética na idéia do bem, mas para Kant, o fundamento da ética está no dever. Kant parte do seguinte conceito:

“Não é possível conceber coisa alguma no mundo, ou mesmo fora do mundo, que sem restrição possa ser considerada boa a não ser uma só: uma boa vontade.” (Kant apud PASCAL; 1992: 111)

A partir do momento em que toda a ação livre - conforme citado anteriormente - não é boa no sentido absoluto, ela perde o valor moral, pois “seu valor depende do uso que delas se faça.” (PASCAL, 1992: 112)

Mas isso não significa que a pessoa não deva procurar a felicidade, mesmo não sendo um bem em si, já que “pode ser mesmo uma fonte de corrupção para quem não dispõe de uma boa vontade” (Ibid: 112). A falta de felicidade pode representar uma forte tentação de infringir o dever.

A única ação que é boa sem restrição é a boa vontade que é a própria natureza do querer, agindo por obrigação, o indivíduo transforma o ato em uma vontade boa, cumprindo um dever. Para que um ato seja bom, não basta que seja legal, mas que seja feito por dever.

O dever contém como conceito, além da boa vontade, motivos subjetivos de sensibilidade e da natureza humana, o que muitas vezes põem em cheque a perfeição do ato. A boa vontade é a vontade de agir por dever, só que “bastantes vezes se age em conformidade com o dever, sem que isso implique em agir por dever.” (Ibid: 112)

Um investidor capitalista que busca o maximizar lucro de suas ações, mas que se preocupa em investir em empresas “socialmente corretas” age em conformidade com o dever, mas não por dever, se não tem em vista senão o seu interesse bem compreendido carece de valor moral, pois age assim por interesse. Agindo por inclinação a sensibilidade, mesmo o ato sendo inerente ao dever, o verdadeiro valor moral não estará presente. Para que o verdadeiro valor moral esteja presente, deve-se fazer “o bem não por inclinação, mas por dever.” (Ibid: 113)

A verdadeira moralidade do ato está na “pureza da intenção” e não apenas em estar em conformidade com as políticas e regimentos de qualquer setor. A intenção deve ser entendida não como desejo, mas como algo que se ponha em prática esforços para a realização. Portanto “o valor moral de um ato reside na intenção.” (Ibid: 114) Para Kant:

“Uma ação cumprida por dever tira seu valor moral não do fim que por ela deve ser alcançado, mas dá a máxima que a determina. Este valor não depende, portanto, da realidade do objeto da ação, mas unicamente do princípio do querer, segundo o qual a ação é produzida, sem tomar em conta nenhum dos objetos da faculdade apetitiva (de desejar).” (Kant apud PASCAL: 114)

Este princípio diz respeito ao fim da ação, que pode em todos os casos ser boa, mas o que realmente importa é a razão pelo qual o homem age. “O valor moral do ato está na intenção, mas é preciso considerar a intenção prescindindo do fim visado, ou seja unicamente como intenção de fazer o que se deve fazer.” (Ibid: 114)

Fundamentando a moralidade no dever, Kant pressupõe que o dever corresponde à lei que provém da razão e abrange todos os homens, definindo o dever como “a necessidade de cumprir uma ação por respeito à lei” (Ibid: 112). Somente a representação da lei, num ser racional, que pode determinar a boa vontade.

Para ter certeza da moralidade do ato, o individuo deve somente, e tão somente perguntar a si mesmo se outro individuo, dotado de razão, agiria da mesma forma. Se todos agissem da mesma forma, tal atitude poderia se converter em lei universal, reconhecendo assim o dever e a ação como de boa vontade. “Quando me pergunto se tenho razão para agir desse ou daquele modo, (...) procuro saber se a máxima da minha ação poderia servir de máxima universal” (Ibid: 116) e, servindo de máxima universal, se tem a verdadeira moral empregada no ato.

A razão humana poderia se traduzir em uma vontade pura e perfeita, mas a influência da “sensibilidade”, que são as condições subjetivas da natureza, entrando em conflito com a própria razão, influenciando a vontade. Neste contexto, a vontade só seguirá os mandamentos da razão se esta for constringida por ela. Por conta do conflito é que as “leis da razão se apresentam à vontade como mandamentos, como imperativos” (Ibid: 120). Os imperativos devem ser entendidos como deveres, por obedecerem às leis racionais.

“Todos os imperativos são expressos pelo verbo dever, e indicam, por esse modo, a relação entre uma lei objetiva da razão e uma vontade que, por sua constituição subjetiva, não é necessariamente determinada por essa lei (uma coação).” (Ibid: 120)

Os imperativos são divididos em duas classes: imperativos hipotéticos e imperativos categóricos. Os imperativos hipotéticos indicam caminhos, ações para alcançar um determinado fim, por exemplo: “se quer isto, faça aquilo”.

O imperativo categórico é um imperativo da moralidade, não está ligado a um determinado fim. “É, portanto, uma ligação sintética que o imperativo categórico estabelece entre a vontade e a lei, mas esta ligação é a priori, dado que nada de empírico pode fundamentar a moralidade.” (Ibid: 121)

O imperativo categórico pode ser assim entendido como um mandato, é único, e sua “fórmula geral é a seguinte: Procede apenas segundo aquela máxima, em virtude da qual podes querer ao mesmo tempo que ela se torne em lei universal.” (Ibid: 121)

Diferentemente da visão de Kant, Adam Smith (1999), o pai da economia política, parte da premissa que todos os acontecimentos vivenciados por um homem podem despertar os mais diversos sentimentos para um expectador, como por exemplo paixões ou tristezas. Esse expectador passa a pensar na situação como se por ele fosse vivida, trazendo para si, de forma imaginaria, todos esses sentimentos. Por conta deste compartilhamento do sofrimento alheio, a “simpatia, embora talvez originalmente sua significação fosse a mesma, pode agora ser usada, sem grande impropriedade, para denotar nossa solidariedade com qualquer paixão.” (SMITH, 1999: 8)

Quando um sofredor expõe as principais causas de sua angústia, o expectador se defronta com a possibilidade de se simpatizar com a realidade vivida por outrem. Antes de saber os reais fatores e os motivos de tal angústia, a simpatia é imperfeita. Desta forma para Smith:

“(...) a simpatia não surge de contemplar a paixão, como da situação que a provoca. Às vezes sentimos por outra pessoa uma paixão da qual ela parece totalmente incapaz, porque quando nos colocamos em seu lugar, essa paixão que brota em nosso peito se origina da imaginação, embora no dele não se origine da realidade.” (Ibid: 9)

Neste sentido, a simpatia se torna o único instrumento de fundamentação da moral. O homem julga os fatos alheios por sua conveniência ou inconveniência. Os sentimentos individuais de cada um são os “critérios e as medidas” para o julgamento alheio.

“Portanto, todos admitem que aprovar ou desaprovar as opiniões de outros significa apenas observar a sua concordância ou discordância com nossas próprias. Contudo, o mesmo caso ocorre com relação a nossa aprovação ou desaprovação dos sentimentos ou paixões dos outros.” (Ibid: 16)

O julgamento ocorre apenas por conta da simpatia. Com simpatia pelo caso, aprovamos a situação. Na sua ausência, desaprovamos a situação. Como a simpatia é algo pessoal, sentimental e afetivo, é impossível a atribuição de uma lei moral para a sociedade. E isso vai ao contrário de Kant, pois para Smith:

“Julgo sua visão pela minha visão, seu ouvido por meu ouvido, sua razão por sua razão, seu ressentimento por meu ressentimento, seu amor por meu amor. Não possuo nem posso possuir nenhum outro modo de julgá-las.” (Ibid: 18)

Smith torna assim a ética um valor subjetivo, individual. Uma posição puramente liberal.

O filósofo americano John Rawls (2002) também fundamenta sua teoria na liberdade, um liberalismo político e não econômico, contudo o objeto de seu estudo é a justiça. Para Rawls a “justiça é a primeira virtude das instituições sociais, como a verdade o é dos sistemas de pensamento” (RAWLS 2002, 3). A partir dos princípios de justiça, que são os direitos e os deveres de cada indivíduo racional, Rawls busca demonstrar que as escolhas dos indivíduos são realizadas sem o conhecimento de sua posição na sociedade. Segundo Rawls:

“(...) a idéia norteadora é que os princípios da justiça para a estrutura básica da sociedade são o objeto do consenso original. São esses princípios que pessoas livres e racionais preocupadas em desenvolver seus próprios interesses, aceitariam numa posição inicial de igualdade como definidores dos termos fundamentais de sua associação. (...) a essa maneira de considerar os princípios da justiça eu chamarei de justiça como equidade.” (Ibid: 12)

Adotando a teoria do contrato social, Rawls parte da hipótese de uma ‘situação original’, não real, onde as pessoas racionais e livres, em posição similar, sem conhecer sua função, sua renda, nem o lugar hierárquico sem poder favorecer os seus próprios interesses, escolheriam os princípios de justiça, capazes de definir de forma eqüitativa os termos da sua associação. “Os princípios da justiça são escolhidos sob o véu de ignorância” (Ibid: 13). Estabeleceriam, assim, de um lado, que “cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema total de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para as outras” (Ibid: 64). De outra parte, que as desigualdades sociais e econômicas devem ser, “ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo que (a) consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável, e (b) vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos.” (Ibid: 64)

Cabe salientar que Rawls acredita que a teoria dos sentimentos morais é similar à teoria da justiça a partir do momento em que “está sujeita as mesmas regras do método de

outras teorias” (Ibid: 54), mas a teoria dos sentimentos morais se limita a descrever a capacidade ética, enquanto a teoria da justiça é a descrição do senso de justiça.

Os filósofos alemães Friedrich Engels e Karl Marx rompem com essa tradição filosófica de creditar a moral a uma sociedade pré-estatal, onde os indivíduos em um primeiro momento estariam desprovidos de uma certa consciência, desligados do mundo material. Marx e Engels descreveram a vida moral dos indivíduos, quanto seres históricos e culturais, determinada pelas relações sociais que são as relações dadas pelo modo de produção visto que:

“Este modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim, de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos.(...) Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.” (MARX E ENGELS, 1982: 5)

A partir da constatação de que os indivíduos são seres que são o que são por conta de seu posicionamento na produção material, todas as representações das idéias estariam diretamente ligadas a atividade material. Toda a forma de expressão do homem é um espelho direto do comportamento material, “o mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral.” (Ibid: 6)

Com a divisão do trabalho, ocorre de maneira sólida a separação entre o “trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, e, com ela, a separação de cidade e campo e a oposição dos interesses de ambos.” (Ibid: 6). As diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho geram diferentes formas de propriedade. “O fato é, portanto, este: o de determinados indivíduos, que trabalham produtivamente de determinado modo, entrarem em determinadas relações sociais e políticas.” (Ibid: 8). Desta forma a estrutura política foi determinada pelo posicionamento material dos indivíduos. Os indivíduos representados por sua classe criaram o Estado, que é condicionado a partir da relação econômica (de propriedade). Segundo Marx:

“O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, isto é, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas determinadas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona, em geral o processo social, político e espiritual da vida.” (MARX 1982: 11)

A partir desses princípios, a moral pode ser vista como uma espécie de "superestrutura ideológica", refletindo as relações e condições de existência de acordo com os interesses da

classe dominante. Em uma sociedade dividida por classes antagônicas a moral sempre terá um caráter de classe. Mais aspectos sobre a moral e ética no Marxismo serão abordados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

MORAL E ÉTICA NA ABORDAGEM MARXISTA: A RELAÇÃO HISTÓRICA NO CAPITALISMO

Este capítulo tem como objetivo principal discutir a visão marxista sobre a moral e a ética. O estudo tem como base a afirmação de que as relações sociais são sacramentadas pelas condições materiais da vida. A partir desta afirmação, busca-se demonstrar a importância das relações de produção na formação de um capitalismo não ético. Passando pelas obras de Karl Marx e Friedrich Engels, será elaborada uma crítica aos conceitos da ética nos modelos econômicos neoclássico.

2.1 A Moral e a Ética em Marx: a Importância da História

Como citado anteriormente, Karl Marx e Friedrich Engels rompem com a teoria dos filósofos que creditavam a constituição da sociedade civil, as relações jurídicas e a formação do Estado à simples “evolução geral do espírito humano.” (MARX E ENGELS, 1961: 300)

A teoria marxista passa pela compreensão da importância da história nas relações humanas. A forma como se estrutura uma sociedade está diretamente ligada às condições materiais da vida. Partindo de premissas para validar a concepção do materialismo histórico, Marx e Engels creditam a diferença existente entre o homem e os outros animais à capacidade de produzir e modificar os meios de vida. Assim: “Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.” (MARX E ENGELS, 1982: 5)

No capítulo 1 foi demonstrado que o modo de vida depende das condições materiais da produção de cada indivíduo. Desta maneira, Marx e Engels afirmam que a produção social da vida é o fator determinante para a forma como se dá a construção e organização da sociedade.

Segundo Marx e Engels, a forma como uma sociedade se estrutura pode ser resumida da seguinte maneira:

“(...) na produção social de sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que corresponde a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem a determinadas formas de consciência social.” (MARX E ENGELS, 1961: 30)

Cabe reforçar a idéia de que é no âmbito da produção que se dá a estrutura social e política. Esse laço existente entre a estrutura social e o modo de produção amarra o indivíduo à sua condição material, fazendo com que o Estado não seja a representação fiel de sua vontade, e sim uma conseqüência da determinação da vida do indivíduo.

As atividades intelectuais humanas são reflexos da atividade material. Esse vínculo faz com que a possibilidade de se transformar as leis morais em algo abstrato e fora de relações reais seja nula, dado que

“O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparecem aqui ainda como refluxo direto do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, idéias, etc., mas os homens reais, os homens que realizam, tal como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do intercâmbio que a estas corresponde até às suas formações mais avançadas. A consciência, nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente.” (MARX E ENGELS, 1982: 9-10)

O ser consciente é a própria consciência, “o seu ser social é que determina a sua consciência” (MARX E ENGELS, 1961: 301). A consciência por si só não é capaz de determinar as características do ser, isso é dependente diretamente da posição material.

Torna-se evidente que a moral e a ética são determinadas de acordo com as relações de produção e essa relação, conforme o seu desenvolvimento histórico é dotada de conflitos.

Com a divisão do trabalho, os conflitos resultantes de interesses e contradições geraram lutas entre os indivíduos, que se diferenciaram por conta da divisão racional do trabalho, nascendo assim as classes sociais, resultado da tentativa de dominação de uma para com a outra.

Toda a historia do homem está pautada na historia das lutas de classes. Segundo Marx e Engels:

“Nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. (...) A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes.” (MARX E ENGELS, 1961: 22)

A sociedade burguesa capitalista apenas modificou as estruturas sociais, tornando mais perceptível e simples a diferenciação entre as classes, pois com essa nova configuração econômica, o antagonismo entre as classes é dado pelo detentor dos meios de produção (o burguês) e o que somente dispõe de sua força de trabalho (o proletário).

A burguesia analisada por Marx e Engels é derivada das constantes evoluções das condições materiais da vida. Dessa forma, são criadas as condições para consolidar a consciência social, legitimando a idéia de capitalismo moral e ético. Além da legitimação da superestrutura vigente, dado que:

“Cada etapa da revolução percorrida pela burguesia era acompanhada de um progresso político correspondente. (...) a burguesia desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente a soberania exclusiva no Estado representativo moderno.” (MARX E ENGELS, 1961: 23)

Conserva-se assim a questão da superestrutura determinada pelos detentores do poder. O Estado administra os conflitos que são gerados entre o capital e o trabalho, posicionando-se ao lado dos detentores do poder.

A partir deste momento a superestrutura, que é entendida como as instituições políticas e jurídicas, nada mais é do que uma simples representação da estrutura da produção, onde o poder se concentra para garantir a manutenção da estrutura.

A classe que detém o poder material detém todos os outros tipos de poder. Para Marx e Engels :

“As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante.” (MARX E ENGELS, 1982: 32)

As idéias dominantes passam a ser um espelho das relações materiais dominantes, fazendo parte da realização material da vida. A dominação como classe influencia diretamente todas as idéias dominantes de uma época. A consciência dominante predomina no âmbito da criação e distribuição de idéias enquanto classe que tem o poder material, podendo determinar todo o conteúdo produtivo no campo das idéias.

A criação de uma lei moral ou ética é nada mais do que a visão de uma classe, em um determinado período de tempo, determinado pelo domínio de certa classe sobre a outra.

As concepções sobre ética e moral tornam-se cada vez mais abstratas. Ao tentar transformá-las em parâmetros universais, para tentar legitimar essa nova ordem, busca-se a representação de toda uma sociedade, mas sob a máscara de representar somente uma classe. Dado que:

(...) “a dar às suas idéias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais e universalmente válidas. A classe revolucionante entra em cena desde o princípio, já que tem pela frente uma classe, não como classe, mas como representante de toda a sociedade, ela aparece como a massa inteira da sociedade face à única classe, a dominante. E consegue-o porquê, a princípio, o seu interesse anda realmente ainda mais ligado ao interesse comunitário de todas as demais classes não dominantes, porque sob a pressão das condições até aí vigentes ele não pôde ainda desenvolver-se como interesse particular de uma classe particular. A sua vitória aproveita também, por isso, a muitos indivíduos das demais classes que não se tornam dominantes, mas apenas na medida em que permite a estes indivíduos subirem à classe dominante.” (MARX E ENGELS, 1982: 33)

O domínio de uma classe sobre a outra no campo das idéias se faz necessária para garantir os interesses de classe. Em um primeiro momento, a classe que assume o domínio ainda não está particularmente configurada como classe dominante, procura por esse motivo englobar as idéias em lei universal, mas isso não se sustenta na medida em que ao passar do tempo mudanças na ordem social ocorrem de maneira a separar os interesses individuais de cada classe.

A moral e a ética passam então a ser determinadas pela classe dominante que utilizam o poder como instrumento de controle e repressão. O poder, conforme afirma Vázquez (2006) é fruto das desigualdades existentes na sociedade, causadas pelas circunstâncias históricas. Para Vázquez

“El poder es una peculiar relación entre los hombres (individuos, grupos, clases sociales o naciones) en la que los términos de ella ocupan una posición desigual o asimétrica.” (VAZQUES, 2006: 25)

O poder deve então ser entendido como uma relação entre dominantes e dominados. Os dominantes impõem as suas vontades, idéias e crenças por conta da assimetria existente entre as classes. Essa relação de poder se dá em todas as esferas das relações humanas, como as relações políticas, ideológicas e econômicas. Como consequência da penetração em todo tecido social, o poder se faz necessário dentro da formação do Estado.

O poder político é fundamental para uma sociedade dividida pelos antagonismos de classe, é no Estado que os interesses divergentes são amenizados. O Estado é o palco dos conflitos gerados pelos antagonismos, já o poder político é a ferramenta utilizada para amenizar os resultados deste conflito. Segundo Engels (*apud* Vázquez, 2006) o poder político:

“(...) es un producto de la sociedad cuando llega a un grado de desarrollo determinado; es la confesión de que esa sociedad se ha enredado en una irremediable contradicción consigo misma y está dividida por antagonismos irreconciliables, que es importante para conjurar. Pero a fin de que estos antagonismos, estas clases con intereses económicos en pugna, no se devoren a si mismas y no consuman a la sociedad en una lucha estéril, se hace necesario un poder situado aparentemente por encima de la sociedad y llamado a amortiguar el choque, a mantenerlo en los límites de orden.” (ENGELS apud VAZQUES, 2006: 32)

A necessidade de um poder político se dá pela contradição encontrada nas sociedades de classes, e para a garantia da continuidade deste sistema econômico contraditório, o poder político se configura aparentemente acima das forças geradoras do conflito, acima da sociedade.

O poder só se constitui como forma de mediador, conciliador de conflitos, em uma sociedade divergente, regida pelos mais diversos interesses. O caráter “sublime” do poder político - pelo fato de se esconder sob uma máscara - na idéia de que ele está acima da sociedade, é uma falácia. Este caráter universal de equilíbrio, conciliação ou resolução das contradições não existe na medida em que a classe dominante é a representante do poder político.

O caráter particular, de classe do Estado é a forma mais visível de consolidação e legitimação da presença do poder como ferramenta de garantir os interesses dominantes. Segundo Marx: “O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.” (MARX E ENGELS, 1961: 23)

Torna-se clara a função do Estado como sendo a instituição que defende os interesses da classe dominante, garantindo a administração e o funcionamento da sociedade, zelando pelos costumes e moral da classe burguesa em particular.

A vinculação do poder com a classe dominante é a consequência da necessidade da classe em manter seus interesses e costumes. A mesma classe que domina economicamente, materialmente e ideologicamente domina a política por meio do poder. A manutenção dos usos e costumes, da exploração capitalista depende da dominação e do poder político. A

origem deste poder está nas relações sociais, determinadas pelas relações de produção material da vida.

O poder político entendido como a dominação de uma classe sobre outra é uma dominação violenta. Segundo Marx: “O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (MARX E ENGELS, 1961: 38) A opressão de uma classe é dada pela força imposta pela classe dominante.

A dominação econômica, particularmente no âmbito do capitalismo contemporâneo, que será abordada no capítulo 3, passa obrigatoriamente pelo poder político. Este tipo de dominação é escondido pelo véu das relações sociais, dos produtos de trabalho. O poder econômico também é fruto do antagonismo entre as classes. A classe exploradora compra a força de trabalho, dado que este é o único instrumento que pertence exclusivamente à classe explorada.

A relação desigual entre as classes econômicas é clara na medida em que a classe proletária se vê forçada a vender sua força de trabalho para a classe burguesa, detentoras dos meios de produção, sem a necessidade de utilização de “força física”, se configura a obrigação econômica. A exploração acontece de forma efetiva, contando com o aval do poder político do Estado.

O ato moral, como dependente da relação social, é afetado diretamente também pela dominação econômica. As normas que o ser social está sujeito correspondem às necessidades sociais e são determinadas pelo determinismo material.

A moral e a ética exercem funções similares, elas existem para legitimar as estruturas de classe e garantir a continuidade do modo de produção da sociedade capitalista. Segundo Freitas (*apud VÁZQUEZ, 2006*):

“(...) cada modo de produção gera determinadas idéias e sentimentos sobre o bem e o mal, que são necessários para manter esse modo de produção. Tudo o que constitua forma de o manter é moralmente bom; tudo que possa pô-lo em perigo ou contraria-lo é moralmente mau. Ora, como na sociedade burguesa há luta de classes, há necessariamente uma moralidade de classe – conservadora ou revolucionária.” (FREITAS apud VÁZQUEZ, 2006: 34)

Para a ética e a moral burguesa é verdadeira e legítima qualquer tipo de ação realizada para a manutenção de sua classe. A virtude do homem capitalista é acumular capital, ganhar cada vez mais dinheiro. Todo o tipo de ação que for realizada para este fim será moralmente

aceita. A moral é dependente das relações econômicas vigentes. Não existem verdades eternas nem leis naturais.

De forma mais específica, pode-se dizer que a ética se associa à economia política como ciência das relações econômicas nas quais são contraídas pelos homens no processo de produção. Esta associação se apóia na vida social, estabelecendo relações entre os aspectos econômicos e o mundo moral (VÁZQUEZ, 2001). Essas relações podem ser descritas em dois níveis. Em primeiro lugar, destacam-se as influências que as relações econômicas exercem na moral dominante em uma dada sociedade. Para se ter uma idéia, a força do trabalho se constitui numa mercadoria que é vendida no sistema capitalista, cuja lei maior se refere à obtenção do maior lucro, provocando uma moral egoísta e individual, necessária à satisfação desse lucro.

Em segundo lugar, a produção de bens por meio do trabalho e a sua apropriação e distribuição incorporam uma conotação moral. Os problemas morais são colocados pela própria atividade do trabalhador, pela divisão social do trabalho, pelas formas de propriedade dos meios de produção e pela distribuição social dos produtos do trabalho humano (VÁZQUEZ, 2001). Para esse autor, ao se refletir a ética como ciência da moral não se pode abandonar os problemas morais mencionados, principalmente na atualidade do capitalismo.

Assim, é possível dizer que a ética apresenta relação com as ciências sociais, uma vez que o comportamento da moral deve ser associado ao comportamento do homem, o qual é percebido em vários campos, tais como: social, psicológico, jurídico, religioso, etc.

Nesta perspectiva, cabe evidenciar a importância da compreensão do conceito de ideologia de Marx, onde cada classe social, historicamente determinada, possui sua própria representação da realidade, servindo os interesses da classe dominante. No próximo capítulo serão analisadas as verdades da fase contemporânea do capitalismo.

2.2 Verdades Eternas, Igualdade, Liberdade e Necessidades

O comportamento do homem tem relação com as idéias de moral e justiça. A ética capitalista pressupõe a existência de verdades eternas. Será que existem tais verdades?

Conforme o questionamento de Engels, “O pensamento humano é soberano?” (ENGELS, 2007)

Para Engels, o pensamento humano depende da história do homem, e somente um conjunto de acontecimentos e pensamentos passados, presentes e até futuros que poderão confirmar a veracidade de tal pensamento. A soberania do pensamento só se daria a partir da duração infinita da própria realidade. Segundo Engels:

“(...) o pensamento humano é ao mesmo tempo soberano e não soberano e a sua capacidade cognoscitiva é ao mesmo tempo limitada e absoluta. Soberano e absoluto quanto à sua capacidade, sua vocação, suas possibilidades, sua meta histórica final: não soberano e limitado, quanto à sua aplicação concreta e a realidade de cada caso particular.” (ENGELS, 2007)

Segundo Engels, o mesmo acontece com as verdades eternas. Ao atuar com as verdades eternas, a humanidade teria assim esgotado a infinidade do mundo intelectual, tanto em relação à realidade como em relação à possibilidade. Ao dividir as verdades eternas em três grupos, Engels cita as ciências que estudam a natureza inanimada e as ciências que estudam os organismos vivos como sendo ciências que se baseiam em hipóteses, com poucas verdades conhecidas. No caso das ciências históricas (objeto do estudo) , por conta da não repetição dos eventos, as verdades eternas não podem ser levadas em consideração.

As verdades eternas ficam impedidas de existir a partir do momento que o estudo das relações históricas da vida humana ocorre em ambiente mutável. As condições históricas se modificam afetando toda a superestrutura de uma sociedade. O conhecimento se torna relativo pelo fato de que:

“O seu objetivo é sempre o de penetrar no encadeamento e nas conseqüências de determinadas épocas e em determinados povos, além de serem, por sua própria natureza, transitórias e efêmeras. Desse modo, quem sair por esses domínios à caça de verdades definitivas e de última instância, de autênticas verdades verdadeiramente imutáveis, não conseguirá reunir grandes despojos, desde que não se contente com vulgaridades e lugares-comuns da pior espécie.” (ENGELS, 2007)

A criação de verdades eternas no campo da história humana, no caso de moral eterna ou justiça eterna, é apenas dedução momentânea que serão questionadas pelos próximos criadores de uma nova moral ou justiça eterna.

As idéias sobre as verdades eternas variam de acordo com as condições históricas relativas a cada período da humanidade. A noção de fazer o bem e fazer o mal varia de geração para geração.

A moral burguesa rege a conduta capitalista nos países ocidentais. A moral mulçumana, por exemplo, não pode ser verdadeira? A ética e a moral não são verdades eternas na medida em que variam de acordo com conceitos históricos de cada sociedade.

Segundo Engels:

“Em sentido absoluto e definitivo, nenhuma; mas, evidentemente, a que contém mais garantias de permanência é a moral que, no presente, representa a destruição do presente, o futuro, ou seja, a moral proletária. Assim, verificando que as três classes que constituem a sociedade moderna, que são a aristocracia feudal, a burguesia e o proletariado, possuem cada uma a sua moral particular, teremos, necessariamente, de concluir, que os homens, consciente ou inconscientemente, fazem derivar suas idéias morais, em última análise, das condições práticas em que se baseia a sua situação de classe, ou seja, das condições econômicas em que produzem e trocam os seus produtos.” (ENGELS, 2007)

As teorias morais são desta maneira apenas representações das condições econômicas. Essas três classes citadas por Engels fazem parte de uma geração histórica provenientes de um processo comum, onde a queda da aristocracia feudal abriu espaço para o surgimento da burguesia. Isso faz com que a teoria moral se equivalha em alguns aspectos. De modo geral as diferenças morais se dão pelo fato da diferenciação do modelo econômico adotado pelos burgueses.

A moral é reflexo da formação econômica da sociedade. Por conta dos antagonismos provocados pelas classes econômicas, a moral torna-se uma moral de classe,

“(...) construída para justificar a hegemonia e os interesses da classe dominante, noutros, quando a classe oprimida se torna bastante poderosa para rebelar-se contra a classe opressora, a moral é construída para defender e legitimar a rebelião e os interesses do futuro em geral, e da classe oprimida, em particular.” (ENGELS, 2007)

O antagonismo leva a criação de uma moral protetora de interesses. Somente com o fim de todo o antagonismo é possível a criação de uma moral realmente humana. As condições sociais em que vivem os homens são as bases para a construção da moral e do direito, não podendo partir de conceitos abstratos da realidade. Para Engels:

“O que quer que faça o nosso ideólogo, colocando-se onde quer que seja, o resultado será que a realidade histórica, que ele expulsa pela porta, volta a entrar pela janela, e, quando acredita estar construindo uma teoria da moral e do direito, para todos os tempos, e para todos os mundos, o que na realidade está fazendo é esboçar uma imagem caricatural, - arrancada de sua base real, invertida como se num espelho côncavo - das correntes conservadoras ou revolucionárias de seu tempo.” (ENGELS, 2007)

Ao criar uma teoria moral, os ideólogos carregam com si a sua própria história e consciência. Isso faz com que as condições sociais e políticas de sua época o influenciem.

Diferenças entre as vontades humanas impedem que a justiça moral seja única. As condições sociais, econômicas, materiais diferem os homens e suas vontades. Não existe igualdade humana pelo fato de não existirem homens moralmente iguais. A partir do momento que a vontade humana passa a ser desejo, a igualdade entre os homens desaparece. Conforme Engels:

“(...) desde o momento em que deixam de ser vontades humanas como tais e passam a ser vontades reais, individuais, acabou-se a igualdade das vontades de dois homens reais e concretos.(...) a mínima diferença do ponto de vista qualitativo entre as duas vontades, ou no tocante à inteligência que as orienta, justificam uma desigualdade que pode chegar até a submissão.” (ENGELS, 2007)

As condições econômicas forçam as mudanças sociais. Como visto no Capítulo 1, os privilégios das classes feudais barravam o desenvolvimento de uma nova classe, que clamava por liberdade. O alcance da liberdade do comércio e da indústria foram postulados pelo progresso econômico. A extensão deste direito aos camponeses se deu necessária pelas circunstâncias históricas de servidão. A liberdade e a igualdade foram proclamadas direitos humanos por conta das fronteiras comerciais criadas pelos Estados.

A igualdade burguesa existe apenas na órbita do Estado, fazendo-se distinta na vida social e econômica. As desigualdades sociais e o abismo existente entre ricos e pobres são justificáveis pela igualdade burguesa. A igualdade somente pode ocorrer em caso de abolição das classes sociais. A igualdade nada mais é do que um produto das relações históricas.

A moral depende das relações entre necessidade e liberdade, ou, conforme Vázquez “das relações entre a determinação causal do comportamento humano e a liberdade da vontade.” (VÁZQUEZ, 2001: 119)

A liberdade está sujeita à intervenção do mundo determinístico. As ações livres não são totalmente espontâneas, passam pela determinação do comportamento. Os problemas éticos podem ser resolvidos a partir do enfrentamento entre as relações de necessidades e liberdade de vontades.

Para Marx e Engels (*apud* VÁZQUEZ 2001) a liberdade é a consciência histórica da necessidade. Mas não somente um assunto teórico, pois o conhecimento não impede a passividade humana a necessidade social e moral.

O poder que a liberdade produz no homem o capacita a transformar a sua própria natureza. A transformação do mundo ocorre sobre as bases da interpretação humana, o conhecimento faz a necessidade que o rege.

O processo de criação e transformação do mundo humano está diretamente vinculado com o desenvolvimento da liberdade. O processo de produção humano descreve a sua história e modifica a história natural.

Para Vázquez:

“A liberdade não é somente um assunto teórico, pois a compreensão da necessidade não basta para que o homem seja livre, visto que a liberdade implica – como assinalamos – uma atividade prática transformadora. Mas, sem o conhecimento da necessidade, também não há liberdade; por isso, é uma das suas condições necessárias.” (VÁZQUEZ, 2001: 130)

As relações sociais historicamente determinadas delimitam o conhecimento e a prática – que são peças fundamentais para a liberdade humana – atuando nas bases sociais. “Os níveis de liberdade são níveis de desenvolvimento do homem como ser prático, histórico e social.” (VÁZQUEZ, 2001: 130)

A liberdade está diretamente ligada à história do homem. A liberdade é a ação do homem com base em necessidade causal. Não existe livre vontade contra a necessidade causal, determinado pelo contexto social. A liberdade é determinada historicamente e socialmente por conta de contextos determinados pelas sociedades. Liberdade, igualdade e necessidades possuem laços históricos entrelaçados pela busca de verdades eternas.

CAPÍTULO 3

ÉTICA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Este capítulo tem como objetivo principal analisar as características do capitalismo contemporâneo, assim como demonstrar a posição estratégica de dominação que o capital financeiro possui nesta fase neoliberal do capitalismo, evidenciando a sua ética e moral específica. Será abordada a fragilidade da questão ética frente ao domínio do capital portador de juros. Primeiramente serão introduzidas algumas características do capitalismo atual e, em um segundo momento, será abordado o domínio que o capital portador de juros exerce frente à economia mundial e os trabalhadores.

3.1 Características Gerais da Atual Fase do Capitalismo

Atualmente é possível presenciar a etapa do capitalismo que se caracteriza não mais pela produção de riqueza através de mercadorias tangíveis, mas sim pela produção de riqueza pela via do juro, do capital especulativo, esta é a era do “capital financeiro”. O capital portador de juros, como descreve Chesnais:

“(...) busca fazer dinheiro sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros e empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulações bem sucedidas. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrado entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente.”
(CHESNAIS, 2005: 35)

Por não sair mais da esfera financeira, o capital portador de juros consolida a sua posição de domínio que na era do “consenso keynesiano” chegou a ser do capital produtivo. Por conta da especulação, a pressão por rentabilidade a curto prazo achata cada vez mais a classe trabalhadora, diminuindo seu poder enquanto classe. Segundo Marques:

“Essa nova relação se expressa no domínio relativo do capital financeiro (portador de juros) sobre o capital produtivo, o que se evidencia não só pelo aumento de sua exigência na participação da mais valia, como nas inúmeras formas de fazer valer sua lógica de rentabilidade de curto prazo nas empresas. Além disso, a liberdade de ir e vir alcançada pelo capital financeiro permitiu que os outros capitais (industrial e comercial) também ganhassem mobilidade, fazendo do mundo objeto de sua ação e intervenção, o que exacerbou a concorrência capitalista e colocou, como nunca antes visto, os trabalhadores em concorrência no plano mundial.” (MARQUES, 2007)

Essa autonomia e mobilidade do capital portador de juros descritos por Marques, fundaram as bases para a centralização do capital e promoveram a “fusão de interesses entre a alta finança e a indústria” (BELLUZO, 2005). A legitimação deste processo de fusão está sob a forma de organizações denominadas sociedades anônimas, fruto da mobilidade de capitais e da concorrência capitalista, gerando a possibilidade de concorrência global de mão de obra.

O capital financeiro tem como principal característica a capacidade de mobilizar o capital, que por sua vez coloca abaixo as barreiras de mercados que já fizeram parte do processo de centralização do capital, como por exemplo a imobilização de capital fixo proveniente da produção em escala.

Essa característica faz com que o capital financeiro se torne a fase mais avançada do capitalismo, dado que a mobilização do capital altera a lógica de acumulação, onde os lucros quase não são mais reinvestidos na esfera produtiva, e sim na busca de lucros na esfera especulativa. A busca pelo lucro proveniente da especulação trouxe as instituições financeiras para a gestão das grandes empresas que objetivam monopolizar o mercado, contudo, a busca pelo domínio do mercado faz com que estas empresas busquem novos mercados, provocando a concorrência entre blocos e a internacionalização do capital e da concorrência capitalista.

A entrada do capital especulativo na esfera produtiva internalizou na produção as idéias de gestão empresarial, que nada mais são do que “práticas destinadas a ampliar “ficticiamente” o valor do capital existente, tornando necessária a constituição de um enorme e complexo aparato financeiro” (BELLUZO, 2005: 8)

O capital produtivo atinge suas metas de lucratividade não só na esfera das aplicações financeiras, mas também, segundo Marques, por conta do

“(...) aumento brutal da taxa de exploração, isto é, da mais valia. É esse o resultado da manutenção de elevada taxa de desemprego, da redução dos salários, da precarização das relações de trabalho (aumento da intensidade do trabalho, contrato por prazo determinado, ausência de direitos trabalhistas e sociais, trabalho noturno, trabalho em fim de semana, entre outros), da transferência de plantas para os países da Europa do Leste, anteriormente sob a influência da antiga URSS, e mesmo para a China e outros países onde o custo da força de trabalho é irrisório.” (MARQUES, 2007)

Esse é o retrato da internacionalização do capital, que por conta do capitalismo moderno, faz com que os investimentos busquem cada vez mais lucros, pressionando cada vez mais o trabalhador para condições precárias de trabalho e extinção de seus direitos.

A dominância financeira que foi presenciada no início do século XX, mais precisamente entre 1920 e 1930, foi um desastre em termos econômicos. Após a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, medidas para restringir o capital financeiro foram tomadas, evitando assim eventuais crises. Esse período de calma no mundo das finanças é atribuído à “repressão financeira”

Segundo Belluzzo, dentre as medidas restritivas estão:

“(...) prevalência do crédito bancário sobre a emissão de títulos negociáveis (securities), a separação entre os bancos e os demais intermediários financeiros, controles quantitativos do crédito, tetos para as taxas de juros e restrições ao livre movimento de capitais.” (BELLUZZO, 2005: 8)

O retorno do capital portador de juros se deu no início da década de 1980 devido ao início da

“(...) desregulamentação monetária e financeira, da descompartmentalização dos mercados financeiros nacionais e da desintermediação bancária, promovidas pelos Estados nacionais, particularmente pelos Estados Unidos e pela Inglaterra.” (MARQUES, 2007)

Contudo, desde meados de 1960, as primeiras sementes para o nascimento da desregulamentação financeira já estavam sendo plantadas. Segundo Belluzzo, os principais fatores para a derrocada do consenso keynesiano em termos de sistemas monetários e financeiros foram:

- Subida do patamar inflacionário, tornando insustentáveis os limites impostos às taxas de juros;

- A criação do euromercado e das praças offshore, estimuladas pelo “excesso” de dólares produzido pelo déficit crescente do balanço de pagamento dos Estados Unidos e, posteriormente pela reciclagem dos petrodólares;

- A substituição das taxas fixas de cambio por um regime de taxas flutuantes a partir de 1973.

O declínio do consenso keynesiano e a retomada do capital financeiro no domínio da economia mundial serão melhores analisados no item três deste capítulo.

Neste momento é mais importante evidenciar a força do capital portador de juros que atua em Bolsas de Valores, instituições financeiras e fundos de pensão que são instituições inerentes à lógica capitalista. A lógica do ganhar cada vez mais e mais dinheiro, sem necessariamente passar pela esfera produtiva, é a “expressão máxima do fetiche no capitalismo” o capital portador de juros. A origem do ganho de capital está em muitos casos na pura esfera especulativa, como lembra Marques:

“(...) expressiva parte do capital financeiro é fictícia, que se refere à negociação de títulos públicos ou privados que não guardam mais nenhuma relação com sua origem, sendo negociados várias vezes no mercado secundário, ou que simplesmente foram emitidos para a realização da compra de empresas pré-existentes.” (MARQUES, 2007)

Segundo Marques, a repressão financeira derivada da crise de 1929, e a dominação do capital produtivo, foi resultado da correlação de forças existente entre o capital e o trabalho, com participação particular da vitória da URSS na II Guerra Mundial.

A dominação financeira realizada pelo capital portador de juros tem uma moeda que rege a internacionalização do capital, o dólar. O imperialismo norte-americano ganha cada vez mais força e assume a hegemonia nos mercados financeiros. Os Estados Unidos usa de força militar e econômica para obter controles de fontes de energia, como o petróleo, para garantir a sua permanência como nação mais poderosa do mundo.

A maior parte da força americana é relativa ao seu poderio econômico, mas essa força é relativa, “pois do ponto de vista econômico, sua economia está fortemente estruturada na acumulação de capital fictício e na maximização do valor das ações.” (MARQUES, 2007) Essa força estruturada em capital fictício justifica suas ações militares e fragiliza a economia mundial, pois a desaceleração da economia americana implica necessariamente na desaceleração da economia mundial.

Toda essa forma de violência, tanto exercida pelo poderio econômico ou pelo poderio bélico, faz parte de um capitalismo que busca ganhos financeiros através da conquista de mercados. A face imperialista assumida pelos Estados Unidos - mesmo que mascarada pela luta pró-democracia ou contra o terrorismo - sustenta a dinâmica neoliberal e faz parte da história capitalista, como será abordado no próximo ponto o poder dos países imperialistas.

3.2 O Imperialismo na Era Neoliberal

Imperialismo e neoliberalismo podem ser relacionados na medida em que o imperialismo foi fundamental para as reformas neoliberais nos Estados. As classes dominantes utilizaram o imperialismo para acumular rendas e alocar-las em diversas partes do mundo, aumentando o seu poder frente às classes trabalhadoras. O reforço do poder das classes detentoras de capital é o objetivo do projeto das políticas neoliberais.

Dumenil e Lévy definem o neoliberalismo como sendo

“(...) uma configuração de poder particular dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso. Considerando o crescimento da renda financeira e o novo progresso das instituições financeiras, este período pode ser descrito como uma nova hegemonia financeira, que faz lembrar as primeiras décadas do século XX nos EUA.” (DUMÉNIL E LÉVY, 2006: 2)

O neoliberalismo faz parte da realidade capitalista desde a “revolução conservadora” iniciadas por Thatcher e Reagan no começo da década de 80. A ideologia neoliberal propaga alguns conceitos que estão diretamente relacionados com a liberdade do jogo dos mercados. Segundo Dumenil e Lévy, a crença nas virtudes do mercado e na livre iniciativa é apenas

“(...) uma maneira disfarçada de falar do capitalismo: a intervenção estatal deve ser limitada ao estritamente necessário. Estes princípios não são estranhos à nova via neoliberal do capitalismo. Em cada país, a liberdade de iniciativa, de comprar e vender, de empregar e demitir trabalhadores, de comprar filiais e fazer fusões, etc. foi aumentada, ao passo que os direitos dos trabalhadores, restringidos.” (DUMÉNIL E LÉVY, 2004: 3)

O neoliberalismo aumenta o poder dos detentores do capital, limitando a ação dos trabalhadores, abrindo as portas para a concentração de riqueza, tornando os detentores do poder cada vez mais poderosos. O imperialismo se encarrega de tornar prática os conceitos

neoliberais nos diversos países, por via do “Estado Mínimo”. Não existem mais fronteiras para o capital que circula entre diversos países. As barreiras comerciais foram suprimidas.

Neste contexto os Estados deixaram de promover os investimentos necessários para o desenvolvimento da nação. São apenas gestores

“(...) das políticas monetárias que, de agora em diante, quase exclusivamente visam à estabilidade dos preços, à despeito do desemprego que geram. Em todo lugar, os Estados foram os vetores do estabelecimento do neoliberalismo, tanto no plano nacional quanto no internacional. As alavancas que os promotores da ordem neoliberal têm à mão são, principalmente, ao nível das empresas, as taxas de juros elevadas e um “governo de empresa” (leia-se uma “gestão”) direcionado aos interesses dos acionistas – elemento chave da nova disciplina imposta aos trabalhadores e aos gerentes. No nível estatal, novas políticas são aplicadas: políticas macroeconômicas (baixa inflação) ou sociais (diminuição do custo do trabalho), visando atender aos mesmos interesses.” (DUMÉNIL E LÉVY, 2004: 3)

A opção por pela abertura comercial e financeira realizada pelos Estados beneficiaram apenas as classes dominantes, que tiveram no próprio Estado a parceria necessária para consolidação de seu poder. A configuração do cenário internacional foi cuidadosamente desenhada para atender os países imperialistas quanto às transferências de renda que são realizadas por conta das políticas macroeconômicas dos países subdesenvolvidos.

Essas idéias neoliberais ganharam força após a violência exercida pelo então presidente do Banco Central dos Estados Unidos, Paul Volcker, que aumentou de forma drástica a taxa de juros com a “desculpa” de aniquilar a inflação americana, seja qual fosse o preço que seria pago pelos países periféricos. Além da quebra do padrão de Bretton Woods e a vitória de Thatcher sobre o movimento operário.

Nota-se que o movimento neoliberal partiu das classes dominantes capitalistas, e a separação da gestão sobre a propriedade alteraram a lógica capital *versus* trabalho. Para Dumenil e Lévy a

“(...) propriedade dos meios de produção por esses grupos sociais se exprime através da detenção de ações, isto é, de títulos: eles são, de igual modo, os credores, pois possuem os títulos de crédito que lhes dão direito sobre uma parte dos lucros das empresas. Esta propriedade tem, portanto, um caráter financeiro: Marx reunia as posições dos acionistas e dos emprestadores, freqüentemente os mesmos, na categoria de capital de empréstimo.” (DUMÉNIL E LÉVY, 2004: 4)

A categoria de capital de empréstimo, criada por Marx, passou de simples emprestadoras de capital para a gestão da produção. A gestão para valorização dos títulos

empresariais fica em primeiro plano por conta do caráter financeiro da propriedade. Essa nova classe financeira ganhou mais poder com a entrada na gestão empresarial por parte das instituições financeiras, que são compostas pelos bancos, fundos de pensão, seguradoras, holdings financeiros etc.

Dumenil e Lévy classificam essa nova classe financeira como uma fração superiora das classes capitalistas e das instituições financeiras, denominando essa nova classe como “finança”. A união dessa classe financeira se dá a partir do momento que suas atividades estão interligadas em investimentos em todos os setores da economia, exercendo o controle das atividades econômicas via instituições financeiras.

As instituições financeiras passam a controlar a economia nacional e mundial, tendo posição estratégica na “(...) manutenção e perpetuação da ordem neoliberal. Por tais razões é que falamos de bom grado em financeirização e em mundialização financeira.” (DUMÉNIL E LÉVY, 2004 5)

A mundialização financeira está diretamente associada ao aumento da busca de rentabilidade dos investimentos e ao controle exercido pelas finanças na atividade econômica mundial.

O neoliberalismo pode então ser marcado como um estágio particular do desenvolvimento capitalista. Já o imperialismo é aqui abordado como sendo uma característica inerente do capitalismo.

A teoria elaborada por Lênin (*apud* DUMÉNIL E LÉVY) sobre o imperialismo abordou aspectos relevantes sobre a dinâmica capitalista monopolista de 1920, atribuindo a concentração de capitais e a substituição da livre concorrência como fatores fundamentais para o imperialismo, como sendo a fase monopolista do capitalismo. De um lado se via o capital financeiro fundido com monopólios, e de outro a partilha do mundo.

A busca por ganhos financeiros em outros territórios é característica presente em toda história capitalista, e o imperialismo americano se mostra cada vez mais presente, mas fica longe de ser o único. Assim, imperialismo é aqui definido como

“(...) à capacidade dos países mais avançados de extrair lucros do resto do mundo. Também está em jogo aqui a estrutura da acumulação, já que países imperialistas exportam seus capitais; mas também podemos observar que outros países investem seus capitais nos países do Centro. Trata-se diretamente de violência nesse processo de domínio.” (DUMÉNIL E LÉVY, 2006: 2)

A abertura de economias mais fracas - em termos comerciais e financeiros - é a porta de entrada para o enfraquecimento desta economia e o fortalecimento das economias imperialistas, aonde nas economias mais fracas a

“(...) mão de obra fica comparativamente cara; a dívida dos países menos desenvolvidos, no contexto de taxas de juros reais, hasta recentemente, elevadas, é uma manifestação de tais estruturas de exploração.” (DUMÉNIL E LÉVY, 2006: 2)

Além da violência econômica, a violência política e militar também é exercida por meio da força. O imperialismo não pode ser visto como um componente isolado, fora da esfera capitalista.

Como visto nos capítulos anteriores, o capitalismo é fruto da disputa entre o poder e é palco das constantes lutas entre classes. O imperialismo quebra as fronteiras territoriais e impõe essa luta entre nações com diferentes níveis de desenvolvimento. Diante do poder das nações européias o continente americano ficou a mercê do colonialismo, subordinado ao poder destas potencias. Atualmente o poder econômico transforma países industrializados em meros montadores de equipamentos de baixo custo. “É o conjunto destas relações que constitui o sistema do imperialismo, que se define pela procura por lucros, por meio da sujeição, fora das metrópoles capitalistas.” (DUMÉNIL E LÉVY, 2004: 4) A importância do capital financeiro na economia mundial é a característica do imperialismo neoliberal. Em uma primeira fase do imperialismo, a mercadoria era o principal agente na estrutura econômica de dominação. Atualmente o comércio atua como agente secundário. A demanda financeira alcançou proporção inigualável na história.

A classe dominante de um país tem como representatividade o Estado nacional, que por si só não é capaz de promover políticas imperialistas. Um Estado “mantém por um lado, relações de luta, indo até o confronto armado entre duas potências, ou grupos de potências dentro de sistemas de alianças, mas operam, por outro lado, igualmente relações de cooperação.” (DUMÉNIL E LÉVY, 2004: 6). A relação é dada pelos países imperialistas e os países dominados, contudo, dentro dos países imperialistas, existe uma hegemonia de um país dominante, caracterizando um nível duplo de dominação.

Apesar da internacionalização do capital, os detentores do poder financeiro continuam aumentando seu poder frente os países dominados, visto que, mesmo que o capital das grandes instituições financeiras seja “global”, as remessas de capital continuam com fluxo positivo em favor dos países imperialistas.

3.3 O Domínio do Capital Financeiro (Portador de Juros)

O capital financeiro portador de juros, conforme citado anteriormente, esteve preso, após 1930, às amarras de uma economia altamente regulamentada. Após a liberalização e desregulamentação dos sistemas financeiros, promovidas pelos Estados que adotaram as doutrinas liberais, o capital financeiro voltou a desempenhar “um papel econômico e social de primeiro plano”, onde se deu de forma direta a dominação política e social do capital frente à classe trabalhadora.

A valorização do capital financeiro pela forma de “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira criou uma ética própria do capital, onde o “fazer dinheiro”, cada vez mais rápido pela esfera especulativa, deturpa as condições econômicas sociais da sociedade. A lógica do enriquecimento individual de forma fictícia tem relação completamente negativa em termos de justiça social.

A partir dos anos 80 os mercados especializados em negociar papéis, títulos e ações de empresas ressurgiram com grande força para acompanhar o crescimento do poder do capital financeiro. Estes garantem a chamada liquidez em momentos de calma nos mercados. O poder dos investidores cresceu de maneira tão intensa que forçou a desregulamentação dos mercados financeiros, gerando o crescimento dos mercados de títulos, onde as empresas cada vez mais negociam suas ações.

Chesnais define acumulação financeira como sendo

“(...) a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que tem por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços.” (CHESNAIS, 2005: 37)

Segundo Chesnais, essa centralização do capital tem seu reinício, nos Estados Unidos, nos anos 50 e na Europa por volta dos anos 60, por conta da acumulação industrial derivada do período capitalista conhecido como “idade de ouro”. A elevada renda das famílias americanas provenientes da expansão da indústria, criaram espaço para investimentos em serviços financeiros, como por exemplo investimentos em seguros de vida. Por outro lado, na década de 60, os salários passaram a ser pagos mensalmente e os trabalhadores se viram obrigados a abrirem contas em agências dos Correios ou bancárias. Isso permitiu o aumento

da concessão de créditos e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, reconstituindo a desregulamentação financeira dos mercados.

As condições necessárias para a retomada do capital portador de juros se deram no Reino Unido, um dos centros históricos do capital. Segundo Chesnais:

“Enquanto o controle de câmbio atingia seu máximo, permitiu-se em 1958 a criação como offshore na City de Londres – isto é, com estatuto próprio, próximo ao de um paraíso fiscal – de um mercado interbancário de capitais líquidos registrados em dólares, chamado “mercado de eurodólares.” (CHESNAIS, 2005: 38)

Os bancos, ao lado das grandes empresas, aproveitaram esse acontecimento para a internacionalização de suas marcas. As transnacionais norte-americanas depositam em eurodólares lucros não repatriados e não reinvestidos na produção. A partir do esgotamento da “idade de ouro”, em meados de 1970, as remessas de lucros não reinvestidos se intensificam. Para Chesnais, o esgotamento da “idade de ouro” se dá pelo fato que os marxistas consideram

“(…) o ressurgimento das contradições clássicas do modo de produção capitalista mundial, a saber, a superprodução e o sobreinvestimento. A reconstituição de uma massa de capitais procurando se valorizar fora da produção, como capital de empréstimo e de aplicação financeira, tem por origem o esgotamento progressivo das normas de consumo e a baixa rentabilidade dos investimentos industriais (fato visível nas estatísticas).” (CHESNAIS, 2005: 38)

Em 1974-75 ocorreu a primeira quebra financeira do setor bancário, dado a criação de crédito construída pelos governos por conta do esgotamento e tentativa de retomada da “idade de ouro”, os capitais especulativos se acumularam criando o primeiro *crash* bancário. Após esse *crash* e com o aumento do preço do petróleo, se deu a chamada entrada dos “petrodólares” na Praça de Londres. O excesso de dólares provenientes do golfo Pérsico, foram “reciclados” como forma de empréstimos para países do terceiro mundo, via bancos comerciais.

Evidencia-se neste momento o caráter não ético das finanças mundializadas. O poder exercido pelas classes dominantes extrapolou qualquer tipo de “conceito ético” e levou países a bancarrota, penalizando a classe trabalhadora e favorecendo os detentores do poder. Conforme Chesnais:

“(...) a dívida pública sempre teve por origem as relações de classes e o poder político que permitem aos ricos escapar amplamente, ou mesmo quase completamente dos impostos. (...) A dívida se recria sem cessar. Por pouco que o nível das taxas de juros seja superior ao dos preços e às taxas de crescimento da produção do Produto Interno Bruto (PIB), ela pode aumentar muito rápido. (...) Os juros devidos sobre o principal da dívida (serviço da dívida) absorvem uma fração sempre maior do orçamento do Estado, das receitas de exportações e das reservas do país, de sorte que a única maneira de fazer face aos compromissos do serviço da dívida é tomar um novo empréstimo.” (CHESNAIS, 2005: 39)

A perversidade do sistema de endividamento foi logo sentida por conta da violência exercida pelo estado norte-americano com a alta dos juros em 1979-81. A abundância de crédito levou países ao endividamento externo, e esse endividamento foi desastroso para as economias do Terceiro Mundo, que viram sua dívida crescer de forma vertiginosa, forçando estes a uma crise estrutural, por conta do poder da dívida. As chamadas “reformas estruturais”, impostas pelos países credores, levaram ao processo de desindustrialização de muitos países. Segundo Chesnais “a dívida levou a um forte crescimento da dominação econômica e política dos países capitalistas centrais sobre os da periferia.” (CHESNAIS, 2005: 40)

Apesar da importância da desregulamentação financeira imposta pelos países centrais aos países periféricos, o maior salto qualitativo e quantitativo do capital portador de juros se deu por meio do sistema de dívida pública dos países centrais. Os governos necessitavam de financiamentos para equilibrar os déficits orçamentários, então foram criados mercados de obrigações onde as instituições que centralizavam a poupança poderiam agir aplicando suas reservas em bônus do Tesouro e outros títulos da dívida pública. Esse fato ocorreu primeiramente nos Estados Unidos e logo na seqüência no Reino Unido.

A conversão das dívidas contratuais em dívidas mobiliárias, “a alta das taxas de juros e a liberalização dos movimentos de capitais”, segundo Chesnais:

“(...) coincidiram com o momento em que, em razão do volume das somas que haviam sido acumuladas, os fundos de pensão buscavam oportunidade de aplicação em larga escala. Os investidores institucionais foram os primeiros beneficiários da desregulamentação monetária e financeira.” (CHESNAIS, 2005: 41)

Os fundos de pensão, as seguradoras e outras instituições financeiras se beneficiaram da liberalização do capital e da expansão da dívida pública para aumentar seu poder e acumular cada vez mais capital, a fim de garantir maior renda a classe detentora do capital. Esse movimento gera cada vez mais pressões fiscais sobre rendas menores e com menor

mobilidade. As elevadas dívidas serviram como desculpa para as privatizações nos países da América Latina, incluindo o Brasil.

A importância dos títulos da dívida nos mercados financeiros retomou a possibilidade de conversibilidade quase que imediata de ativos financeiros. Conforme adverte Chesnais, abra-se então uma nova etapa da acumulação financeira

“(...) na qual dividendos se tornam um mecanismo importante de transferência e de acumulação, e os mercados de ações o pivô mais atrativo. Essa etapa viu a implantação do “governo de empresa” contemporâneo.” (CHESNAIS, 2005: 42)

As conseqüências para os trabalhadores do sistema de “governo de empresa” serão abordadas de forma mais profunda no tópico 3.4 deste capítulo. Neste momento cabe ressaltar a importância dos mercados voltados para a dívida pública, que são vistos como títulos de segurança em tempos de crises, principalmente os títulos de governos centrais como os Estados Unidos.

A dominação dos ativos financeiros nas economias mundiais pode ser visualizada a partir da relação com o PIB. Segundo Chesnais, os ativos em posse dos investidores institucionais, no fim dos anos 90, apresentam 226% do PIB no Reino Unido, 207% nos Estados Unidos e 2005 na Suíça.

Todo esse poder dos ativos financeiros concentrados em instituições, como os fundos de pensão e seguradoras, tem ligação direta com a desregulamentação dos mercados, que anteriormente fechados, foram obrigados, por pressões dos Estados Unidos, por conta da posição do dólar, a abertura externa e interna dos sistemas financeiros nacionais.

A tecnologia proporcionou acesso em tempo real aos mercados mundiais, o que facilitou a internacionalização dos mercados financeiros, resultado também alcançado por conta da descompartmentalização regulamentar. O resultado da integração, segundo Chesnais, está diretamente ligado as decisões tomadas pelos gestores das carteiras mais importantes. Resultando três dimensões que são:

“A primeira concerne ao movimento de autonomia relativa da esfera financeira em relação a produção, mas sobretudo em face da capacidade de intervenção das autoridades monetárias. A segunda relaciona-se ao caráter fetiche, perfeitamente mistificados, dos valores criados pelos mercados financeiros. A terceira remete ao fato de que são os operadores que delimitam os contornos da mundialização financeira e decidem quais agentes econômicos, pertencentes a quais países e em quais tipos de transações, participam.” (CHESNAIS, 2005: 45).

A mundialização financeira possui três fatores que interligados fazem parte da sua constituição. Para Chesnais são: “a desregulamentação ou liberalização monetária e financeira, a descompartmentalização dos mercados financeiros nacionais e a desintermediação.” (CHESNAIS, 2005: 46)

A desregulamentação financeira facilitou a desintermediação, que permitiu a entrada das instituições financeiras não bancárias no mercado de crédito. Esses movimentos da mundialização financeira foram maléficos para a maioria dos países, mas principalmente para os chamados países emergentes. Estes são os que menos recebem recursos dos investidores internacionais, e são os primeiros a presenciar a fuga de capital em momentos de crise.

A ética do capitalismo contemporâneo se confronta com a realidade do novo regime de propriedade de capital. A busca pelo “rendimento” passou a ser a finalidade da propriedade. Não se busca mais a “criação de riquezas para aumentar a produção”. Os investimentos financeiros são alocados em títulos de empresas que se voltam apenas para a valorização acionária. A riqueza individual se sobrepõe ao bem estar coletivo. A valorização do capital sem gerar bens tangíveis, fragiliza cada vez mais o coletivo em prol do individualismo.

A mundialização financeira trouxe à tona a capacidade de criação de mecanismos do mercado financeiro que permitem que o dinheiro se transforme em um valor que produz. O mercado de títulos e a liquidez fizeram com que o dinheiro entesourado adquirisse valor por si só.

A escolha política exercida pelos países em prol da liberalização financeira e dos fundos de pensão foi uma escolha em favor dos mercados financeiros, que produziram crescimento econômico lento, em favor de poucos países que conseguem se destacar a partir de resultados desastrosos da economia mundial.

A escolha pela valorização do mercado promoveu desemprego e queda no bem-estar social, concentrando a riqueza e o poder nas mãos das classes dominantes. O aumento das diferenças entre os países centrais e periféricos se agravou a partir dos anos 90. É verdade que as diferenças historicamente sempre existiram, mas o crescimento mundial caminhou para uma certa convergência no período da “idade de ouro”.

A partir da liberalização financeira, a nova configuração do desenvolvimento mundial volta a se tornar desigual. Segundo Chesnais, que utiliza o indicador de crescimento anual do produto mundial por habitante:

“Enquanto a taxa se aproximava de 4% entre 1960 e 1973, caindo depois para 2,4% entre 1973 e 1980, não foi mais de 1,2% entre 1980 e 1993, não aumentando mais depois disso. Em face do crescimento demográfico, a taxa anual média de crescimento do produto mundial não superou 2% ao longo da década de 1990. (...) Superior a 7% no período 1963-73, caiu para 3% entre 1973 e 1990 e para um pouco mais de 2% entre 1990 e 1999. (...) a taxa de crescimento da produção industrial (...) passou de cerca de 6% no início dos anos 60 para 2% ao longo dos anos 90.” (CHESNAIS, 2005: 57)

Os dados demonstram o aumento da desigualdade e a diferença de perspectiva econômica ao se comparar os anos 60 e os anos 90. A liberalização financeira trouxe enormes prejuízos para a maior parte da população mundial.

Um dos problemas que resultaram no aumento das desigualdades sociais está na redução da taxa de investimento. Com a introdução das normas de “valor por acionista”, os lucros retidos que seriam investidos no setor privado, deixam de existir por conta da não garantia da taxa exigida. Para Chesnais:

“No momento em que a participação dos salários nos resultados da produção se reduz e a parte dos lucros reservadas aos investimentos também diminui, a taxa de investimento é duplamente atingida – pela desaceleração do consumo dos assalariados e pela reduzida propensão a investir.” (CHESNAIS, 2005: 58)

Por consequência a taxa de desemprego aumenta com o baixo crescimento. O aumento da parte dos lucros não investidos e o desemprego foram os resultados trazidos pela introdução das políticas neoliberais, com exceção dos Estados Unidos.

Conforme citado no capítulo 1, as relações sociais são intrínsecas ao capitalismo e revelam as contradições no sistema capitalista, por conta da oposição do capital *versus* trabalho, detentores do capital e vendedores da força de trabalho. Essa é a situação atual, como a vivida no passado. As contradições regulam o dinamismo capitalista, tendo como patologias as crises de superprodução e as quedas das taxas de lucro. Segundo Chesnais essas patologias são controladas por medidas de estratégias empresariais e políticas de controle de crédito. Mas existem “processos antagônicos suplementares, cuja origem é, de um lado, uma acumulação branda, e de outro, o que, a título de hipótese, chamarei de uma insaciabilidade da finança.” (CHESNAIS, 2005: 60)

A insaciabilidade da finança torna o capital portador de juros propenso a gerar mais do que é possível. Essa característica só é encontrada no capital externo a produção. Isso gera pressões para a desregulamentação do trabalho, assim como pressões para privatizações.

Por ter como característica gerar mais do que pode, o capital financeiro não encontra limites para atingir seu objetivo. Os escândalos financeiros são cada vez mais frequentes. A ética da acumulação financeira bate de frente com a ética e a moral das leis.

3.4 O Capital Financeiro, as Empresas e os Trabalhadores

Conforme citado nos pontos anteriores deste capítulo, o capitalismo tem passado por sérias mudanças e transformações tendo como característica a valorização do capital financeiro. Nas relações capital-trabalho, as transformações ocorridas não são diferentes. O capital financeiro adentrou nas empresas e se instituiu como sendo o principal agente das transformações realizadas nas relações trabalhistas.

Os dois principais componentes das transformações ocorridas nas relações capital-trabalho são os fundos de pensão e os fundos mútuos. Estes agentes possuem grande poder financeiro na medida em que acumularam centralizando a poupança coletiva e individual, valorizando esta grande quantidade de capital nos mercados financeiros. Com o aumento da desigualdade econômica proveniente da desregulamentação econômica dos anos 80, os fundos de pensão e os fundos mútuos acumularam riqueza proveniente das classes privilegiadas e alteraram o funcionamento do mercado mundial.

Esses fundos gozam de posição privilegiada nos mercados, pois são os principais acionistas de empresas globais, além de serem os compradores de títulos públicos, tornando-se os credores dos principais Estados. As políticas contracionistas adotadas pelos Estados, com o objetivo de conter a inflação foram adotadas pelos acionistas das empresas globais com o objetivo de criar valor acionário a fim de atingir rentabilidades determinadas pelo mercado. A criação de uma nova norma de rentabilidade válida em escala mundial trouxe efeito para toda a cadeia produtiva empresarial. O poder ativo dos atores financeiros pressiona os dirigentes a buscar a valorização acionária transformando a relação capital-trabalho, trazendo conseqüências cada vez mais destrutivas à classe trabalhadora.

Os sindicatos que historicamente defendem os direitos dos trabalhadores e buscam a melhoria do bem estar social, estão mudando suas estratégias de combate a opressão que o capital exerce sobre os trabalhadores na medida em que tentam se associar a administração

dos fundos de pensão. Objetivam assim reconquistar o poder que anteriormente já foi perdido. Segundo Sauviat (2005):

“O interesse recente das organizações sindicais no investimento socialmente responsável e nos fundos de investimento ético, assim como no ativismo acionário, inclusive na Europa, participam dessa lógica. Mas esse engajamento sindical ao lado de outros acionistas é ambíguo.” (SAUVIAT, 110: 2005)

A ambigüidade evidenciada por Sauviat está na possibilidade extremamente limitada em seu poder de manobra, onde os sindicatos se sujeitam as regras do mercado, fazendo com que aja confusão de papéis.

Os fundos de pensão são provenientes dos regimes de previdência privada onde reservas financeiras são acumuladas e buscam rendimentos financeiros nos mercados de títulos. Por fazerem parte da previdência privada, a valorização financeira é convertida em aposentadorias. A partir dos anos 80, o poder dos fundos de pensão começa a crescer, com a desregulamentação dos mercados financeiros e demais fatores evidenciados nos pontos anteriores.

Os fundos mútuos fazem parte de um segmento especializado de gestão de fundos, que foram criados a partir do momento em que os riscos e os custos da aposentadoria, através dos regimes de capitalização foram passados para os assalariados. A lei Erisa (Employment Retirement Income Security Act.) que entrou em vigor em 1974 nos Estados Unidos, incentivou a exteriorização da gestão dos fundos, passando a responsabilidade de gestão para administradores especializados. Os riscos das aplicações podem ser divididos ou assumidos integralmente pelos trabalhadores.

O incentivo a criação de sociedades especializadas em administrar fundos, junto com a liberalização financeira ocorrida nos anos 80, gerou ambiente favorável para a chamada diversificação de risco. A escala de atuação dos fundos é mundial, e operam em mercados objetivando a eficiência entre a relação risco e retorno.

O poder financeiro destes fundos está diretamente ligado a valorização fictícia dos haveres financeiros ocorrida durante a década de 90. As oportunidades de ganhos geradas pelas especulações em países emergentes inflaram os montantes dos ativos acumulados nestes tipos de fundos.

A especulação é fruto da busca pela valorização rápida e cria valor de forma fictícia. Esses fundos de pensão ocupam papel principal no crescimento do volume transacionado nas

bolsas mundiais. Com a transferência de sua administração para agentes financeiros especializados, a pressão para atingir metas de rentabilidade aumenta de forma gradativa, pois o retorno infla artificialmente o lucro das administradoras.

Para Sauviat, os fundos de pensão têm uma enorme responsabilidade não crescimento da instabilidade nos mercados financeiros, dado que:

“Depois de terem, por causa da necessidade da diversificação dos riscos, começado a investir nos países emergentes no início da década de 1980, os fundos de pensão e os administradores de mutual funds aumentaram suas aplicações nesses países no início dos anos 90, antes de efetuar retiradas brutais que provocam derrocada dos mercados de ações e dos mercados de câmbio desses locais..” (SAUVIAT, 117: 2005)

A especulação dos fundos de pensão aumentam a volatilidade dos mercados emergentes, que não contam com sólidas barreiras a esse tipo de investimento. A saída em massa de recursos, mesmo que pequeno em escala global, representam muito para algumas economias de pequeno porte já fragilizadas pela abertura financeira. Com a busca pela diversificação do risco, o aumento de aplicações financeiras em mercados emergentes elevou a rentabilidade de títulos, puxando tendências de alta em mercados, atingindo a rentabilidade exigida de maneira fictícia. A consequência foi o estouro da bolha especulativa que ocorreu em 2000.

Os fundos de pensão e os fundos mútuos visam única e exclusivamente a rentabilidade financeira de seus títulos, arbitrando no mercado financeiro e operando a margem de especulações entre risco e retorno. O problema para a classe dos trabalhadores está na visão de ganhos antecipados de capital, pois:

“Mesmo quando fazem aplicações de longo prazo, tendem a se comportar como traders concentrados nas oportunidades de lucro financeiro decorrentes dos movimentos da evolução dos títulos, em vez de serem investidores preocupados com a capacidade da empresa de engendrar um fluxo de lucro durável (...) irão se retirar sem problemas de uma empresa, mesmo sendo ela sadia, com bom desempenho e bem cotada na Bolsa, se não houver perspectiva de excedente bursátil no curto prazo.” (SAUVIAT, 118: 2005)

Por terem como passivo principal o pagamento de aposentadoria, alguns fundos de pensão são mais propensos a investir no longo prazo, apesar de buscar lucrar com investimentos em tecnologias e telecomunicações. Já, por característica, os fundos mútuos buscam a valorização financeira e a liquidez sem ter obrigações com seus clientes. O administrador do fundo mútuo tem seu desempenho aferido a todo o momento, o que o pressiona a atingir os melhores resultados a curto prazo. O objetivo destes agentes é criar uma

carteira de investimentos que “superem o mercado” em termos de rentabilidade. As técnicas aplicadas para atingir o objetivo nem sempre são as mais moralmente aceitas. A ética que vale é a ética dos objetivos financeiros. Os administradores utilizam cada vez mais a prática de *hedge funds* e instrumentos de vendas a descoberto, para assim se manterem competitivos em mercados deprimidos. Isso levou algumas administradoras a acusações de práticas ilícitas.

As ações das empresas foram se concentrando cada vez mais nas mãos das instituições financeiras, que exigiam cada vez mais dos dirigentes das empresas o aumento do retorno das aplicações financeiras. O poder exercido pela instituição financeira como acionista não é apenas o poder do aporte financeiro por ser detentora do capital. É o poder de avaliação de empresas, por métodos financeiros padronizados aceitos comumente no mercado. É “um poder social mais amplo, que se exerce de certo modo do exterior e se encarna na afirmação da primazia dos interesses dos acionistas sobre qualquer outro interesse.” (SAUVIAT, 123: 2005)

Os dirigentes das empresas têm papel fundamental na conciliação dos objetivos dos investidores acionários com a rentabilidade empresarial. Sua adaptação ao padrão da língua das finanças ocorreu pela sofisticação da comunicação financeira, e, acima de tudo por conta das

“(...) políticas de crescimento externo capazes de oferecer excedentes financeiros compatíveis com os objetivos expressos pelos mercados e apresentando resultados financeiros igualmente favoráveis e possíveis aos olhos dos analistas financeiros, mesmo ao preço de acrobacias contábeis.” (SAUVIAT, 124: 2005)

Com a adoção de políticas de remuneração variável como as *stock-options*, a cultura dominante das finanças passaram a dominar o ambiente empresarial, já que os dirigentes também passaram a depender das cotações da Bolsa. Essa dependência financeira criou espaço para práticas não éticas nas gestões empresariais, possibilitando a criação de valor acionário por meios moralmente não aceitos na sociedade.

Por dependerem necessariamente de seus próprios resultados, administradores de fundos e dirigentes são cúmplices de maquiagens financeiras a fim de maximizar sua remuneração e por conseguinte de todo o grupo, por conta de pressões por resultados de curto prazo.

Esse novo capitalismo configurado dependente das finanças, criou o instrumento de governo de empresas que postulam novos padrões éticos onde os dirigentes servem apenas os

interesses dos acionistas, prejudicam a classe trabalhadora em favor da classe detentora do poder acionário. Para Sauviat, esses dirigentes:

“(...) menos ligados a suas empresas que no passado e com maior mobilidade, tenderam, na urgência, a se comportar mais como mercenários ávidos para exercer seus stock-options ou a assegurar para si o pagamento de confortáveis indenizações de saída ou de “pára-quedas dourados” (golden parachute) do que a se comportar como chefes de empresa ciosos do crescimento de longo prazo de sua firma e dos interesses dos acionistas. Aliás, sua remuneração continuou a aumentar sob forma de stock-options, de prêmios ou de complementos de salários (seguro-aposentadoria especialmente), a despeito do declínio dos lucros, das demissões em massa realizadas pelas grandes firmas dos Estados Unidos e da baixa do índice da Bolsa que representa os maiores grupos americanos.” (SAUVIAT, 125: 2005)

Torna-se nítida a imensa perda de poder da classe assalariada, o que não ocorreu com o poder dos dirigentes administradores. Estes, suportaram a pressão e se juntaram ao capital financeiro. Os interesses dos assalariados são deixados de lado em favor da redução de custos, reestruturação de segmentos do grupo gerando fechamento de plantas menos rentáveis, etc.

A nova realidade do objetivo das empresas gerou o aumento das desigualdades trabalhistas. A nova ordem é a precarização do mercado de trabalho, via diminuição salarial e perda de benefícios sociais, tudo em nome de uma “inovação” forçada, fruto da tendência da valorização acionária. Como o exemplo citado por Sauviat, onde os empregados temporários de empresas de alta tecnologia recebem salários e benefícios inferiores aos contratados regularmente. Evidencia-se o crescimento da desigualdade de renda, devido ao modelo de rentabilidade das finanças. Esse modelo aumentou a renda dos altos dirigentes por permitir a eles a entrada no mercado de ações e achatou a renda dos assalariados.

Os investimentos socialmente responsáveis são a tentativa de conciliar finança e moral. Estes fundos priorizam títulos que se referem às empresas em função da boa conduta empresarial. Essa boa conduta é geralmente medida via índices éticos, que na maioria das vezes, segundo Sauviat “(...) os índices éticos são falsificados e algumas empresas ou certos setores são sobreponderados.(...) o controle da ética em geral pára onde começa a subcontratação.” (SAUVIAT, 130: 2005)

Investidores exercem o poder de ditar as regras por conta da lógica dos mercados financeiros, que forçam o recuo da regulamentação estatal, do direito do trabalho e das leis. As empresas, por meio dos investidores, anunciam as práticas socialmente responsáveis para a garantia do bem comum. A representatividade coletiva dos trabalhadores que perderam a força por conta da entrada dos sindicatos na frágil postura de acionista, colocou em jogo uma

nova forma de enfrentamento na busca do diálogo social. O poder está nas mãos dos investidores e dirigentes, e eles exercem a função de enunciar as boas práticas sociais.

A validade de um investimento socialmente responsável depende da validação a confiança dos mercados financeiros. Pela lógica da maximização do valor acionário o “consenso de mercado baseado na avaliação financeira está ainda longe de se fundar sobre um modelo de gestão social que considere os recursos humanos uma fonte do desempenho e da competitividade, não um custo.” (SAUVIAT, 131: 2005)

A validade dos conceitos éticos únicos e universais está posto a prova novamente. Cabe somente a classe dominante detentora do capital rentista-financeiro desenvolver e criar critérios de boa conduta ética e moral. As praticas virtuosas e não-virtuosas soam como uma “medida-padrão”. As perspectivas de bem estar social e investimentos socialmente responsáveis parece atender somente os interesses de uma classe, que não cria perspectivas de melhoria social a longo prazo.

CONCLUSÃO

O capitalismo se configurou como sistema econômico predominante a partir da concentração dos meios de produção por parte da burguesia, que obtinha o seu lucro através da retenção da mais-valia. O surgimento de pressões por produtividade, por conta do comércio crescente, e o surgimento das cidades deram condições para a sua consolidação.

Conforme o ensinamento de Marx, o surgimento das classes está relacionada com as relações sociais por conta da coletividade no âmbito das relações de produção. A divisão do trabalho permite a acumulação de excedentes de produção, caracterizando a exploração de uma classe sobre outra. A exploração de uma classe para benefício de outra gera conflitos sendo estes a causa e a consequência da distribuição e organização do poder político. Todas as formas de poder estão diretamente relacionadas com o embate entre as classes.

A contradição do sistema capitalista está na forma como a riqueza é distribuída, cada vez mais nas mãos de um menor coletivo de pessoas, isto é, da classe dominante. O curto período de equilíbrio social visto no capitalismo entre os anos de 1930-1978 foi marcado e promovido por ações do Estado na melhoria do bem estar da classe proletária. Mas esse período logo foi superado com o retorno de idéias neoliberais, aumentando a desigualdade social e o antagonismo entre as classes, que é característica própria do sistema capitalista.

Percebe-se a incompatibilidade entre os conceitos existentes sobre a ética e o sistema econômico capitalista, pois a ética é estudada, conforme Aristóteles, como a ciência de praticar o bem, e em um conceito mais amplo, de bem-estar social. Um sistema econômico que tem como característica principal a exploração, não pode ser um sistema ético.

Fundamentando a ética no dever, Kant argumenta que a boa vontade é a vontade de agir por dever, e este dever tem como conceito motivos subjetivos de sensibilidade e da natureza humana. A moralidade estaria na intenção do ato. O dever corresponde a lei que provém da razão e abrange todos os homens. Para verificar a moralidade de um ato, basta procurar saber se outros indivíduos agiriam da mesma forma, como uma “máxima universal”, um mandato único, um imperativo da moralidade. Para Smith, é na simpatia que a moral é fundamentada. As ações são julgadas conforme a conveniência individual. Fica então impossível a criação de uma lei moral universal, pois a simpatia é algo totalmente pessoal. Rawls acredita que as escolhas dos indivíduos são realizadas sem o conhecimento de sua

posição na sociedade. Desta maneira, não poderiam favorecer seus próprios interesses, definindo assim de forma equitativa os princípios da justiça.

A tentativa de se criar uma lei moral universal é suprimida a partir do entendimento que as condições materiais da vida é a chave para a compreensão da maneira como a sociedade se estrutura. A produção social da vida determina a forma de construção e organização da sociedade. É no âmbito da produção que se dá a estrutura social e política. A posição material do indivíduo determina a consciência do mesmo. A história do homem, que é pautada nos conflitos entre as classes, mostra que a estrutura econômica da sociedade é a plataforma para o surgimento da superestrutura jurídica e política, determinadas pela consciência social. As classes que detêm o poder material, detêm o poder político e determina a produção material e intelectual da sociedade. Todos os esforços para a criação de uma lei moral universal ou uma lei moral que seja independente da condição social do indivíduo é nula. Marx e Engels advertem que a ética, no capitalismo, é uma concepção da classe dominante que utiliza o poder, fruto das desigualdades sociais, para impor seus interesses enquanto detentores do poder.

Portanto, a moral e a ética são apenas instrumentos para legitimar o poder da classe dominante e garantir a continuidade das condições econômicas vigentes. A moral egoísta, via exploração da mais-valia, é condição necessária para garantia de lucros, lei maior do sistema capitalista. O problema moral deste sistema está na forma como a produção e a distribuição de bens é realizada. As relações históricas da vida humana ocorrem de maneira dinâmica e mutável com o passar do tempo. Isso impede a criação de verdades morais e éticas, pois o pensamento humano varia de acordo com as condições históricas de cada período. A liberdade é a consciência histórica da necessidade e está relacionada com o mundo determinístico na determinação do comportamento.

A fase contemporânea do capitalismo se mostra cada vez mais característica da produção de riqueza via o capital financeiro. O capital portador de juros busca valorização nos mercados financeiros integrados por meio da especulação sob a forma de títulos de ações. Essa nova configuração do capitalismo agrava a disparidade existente entre as classes. A mobilidade do capital gerou concorrência no plano mundial, alterando a lógica de acumulação financeira. Os investidores buscam lucros na esfera especulativa, que torna cada vez mais dissociada da ética a forma de ganho capitalista. As instituições financeiras atuam junto as grandes organizações produtivas por conta dos lucros gerados pela especulação.

O início dos anos 1980 é marcado pelo retorno do capital portador de juros na dominância das relações econômicas. Esse retorno se deu por conta da desregulamentação monetária e financeira, imposta pelos países mais poderosos tanto economicamente como militarmente. A expressão máxima do fetiche no capitalismo está na forma de acumulação vinda da especulação e administrada por instituições financeiras e fundos de pensão. A pressão pela desregulamentação de mercados se deu por conta do imperialismo que forçou a entrada de idéias e padrões neoliberais em países economicamente debilitados. O neoliberalismo aumentou as distorções do sistema capitalista.

Devido a condições históricas ocorridas nos Estados Unidos e no Reino Unido no início dos anos 60, instituições financeiras começam a internacionalizar sua marca e remessas de lucros não reinvestidos na produção passam a ser depositados na city de Londres. Os chamados “eurodólares” contribuíram para o reinício da desregulamentação financeira, dado o primeiro crash no setor bancário e a entrada dos “petrodólares” para empréstimos a países periféricos via bancos comerciais. Com a alta das taxas de juros e a conseqüente liberalização do capital, os fundos de pensão e as instituições financeiras encontraram um vasto campo para agir com a especulação financeira.

A valorização acionária por meio do sistema de governo de empresa não ajudou a melhorar o bem-estar da classe trabalhadora, pelo contrario contribuiu para aumentar as contradições do sistema capitalista. A possibilidade de geração de capital de maneira fictícia promove desemprego e perda de benefícios sociais conquistada pelos trabalhadores em anos de lutas. O aumento da desigualdade social está diretamente relacionado com a queda no investimento produtivo e aumento no investimento especulativo. Os resultados financeiros determinam os investimentos em empresas globais, e com isso, foi criado um tipo de norma de rentabilidade, que passou a ser válida em escala mundial. O resultado é o aumento do poder financeiro frente à produção, pressionando dirigentes a atingir a rentabilidade determinada pelo mercado a qualquer custo, o que gera a precarização do trabalho, fechamento de plantas industriais e escândalos contábeis.

De forma mais específica, o capitalismo nasceu como um sistema econômico excludente e portanto imoral. Todas as tentativas de conceituar a ética e a moral são apenas frutos de idéias que representam apenas a classe detentora do poder, tanto econômico como político, visando garantir a continuidade do sistema vigente. A retomada do poder financeiro via instituições financeiras e fundos de pensão gerou instabilidade econômica, reestruturando as empresas por meio do governo de empresas, achatando cada vez mais a classe assalariada.

Os atuais discursos éticos apenas reforçam a segurança a propriedade em detrimento à proteção social. A classe trabalhadora é cada vez mais explorada por conta do poder do capital vinculado ao desempenho financeiro. A probabilidade de um verdadeiro discurso ético contra a voz dos mercados financeiros e a favor da igualdade coletiva se torna cada vez mais distante por conta do poder rentista frente a reorganização da riqueza capitalista contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Prefácio. In: CHESNAIS, François (Org.). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 2005. p.7-16.
- CHESNAIS, François. O Capital Portador de Juros: Acumulação, Internacionalização, Efeitos Econômicos e Políticos. In: CHESNAIS, François (Org.). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 2005. p.35-68.
- DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1977.
- DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. *O imperialismo na era neoliberal*. 2004. Disponível em <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/dle2004h.htm>>. Acesso em: ago. 2007.
- _____. O Neoliberalismo Sob a Hegemonia Norte-Americana. In: CHESNAIS, François (Org.). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 2005. p.85-108.
- _____. *Neoliberalismo – Neo-imperialismo*. 2006. Disponível em <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/dle2006l.htm>>. Acesso em: ago. 2007.
- ENGELS, Friedrich. Anti-dühring. *La Revolucion de la Ciencia de Eugenio Dühring (Anti-Dühring)*. Instituto del Marxismo-Leninismo & Editorial Progreso, Moscú. Digitalización: Ediciones Bandera Roja. Marxists Internet Archive, 2003. Disponível em <[http://www.marxists.org/espanol/.](http://www.marxists.org/espanol/)> Acesso em: abr. 2007.
- _____. *Anti-dühring*. HTML por José Braz para Marxists Internet Archive, [on line] 2007. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/01p01c09.htm>> Acesso em set. 2007.
- _____. *Anti-dühring*. HTML por José Braz para Marxists Internet Archive, [on line] 2007. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/01p01c10.htm>> Acesso em set. 2007.
- _____. *Anti-dühring*. HTML por José Braz para Marxists Internet Archive, [on line] 2007. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/01p01c11.htm>> Acesso em set. 2007.
- MARQUES, Rosa. *Notas sobre o capitalismo contemporâneo*, 2007. Mimeo.
- MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. Fonte: Obras Escolhidas em três tomos, Editorial "Avante!" Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982. Transcrição e HTML:

- Fernando A. S. Araújo, agosto 2007 Disponível em
<<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/08/15.htm>>. Acesso em set.2007.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. IN: MARX, K e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Ed Alfa-Omega , volume 1, 1961. p.21-47.
- _____. Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”. IN: MARX, K e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Ed Alfa-Omega , volume 1, 1961. p.300-303.
- _____. *A Ideologia Alemã*. Fonte: Obras Escolhidas em três tomos, Editorial "Avante!" Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982. Transcrição: José Braz e Maria de Jesus Coutinho, janeiro 2006. HTML: Fernando Antônio de Souza Araújo, janeiro 2006. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe>>. Acesso em set.2007
- PASCAL, Georges. *O Pensamento de Kant*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- RAWLS, Jonh. *Uma teoria da justiça*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SAUVIAT, Catherine. Os Fundos de Pensão e os Fundos Mútuos: Principais Atores da Finança Mundializada e do Novo Poder Acionário. In: CHESNAIS, François (Org.). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 2005. p.109-132.
- SEN, Amartya. *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- SMITH, Adam. *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SWEEZY, Paul M. *Do Feudalismo ao Capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes. 1977.
- TAUILE, José Ricardo; FARIA, Luiz Augusto. *Mudanças em Tempos de Globalização: o capitalismo não é mais progressista?*. Revista de Economia Política, vol 25, nº3, p.233-253, jul./set.2005.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Entre La Realidad y La Utopia: Ensayo Sobre Política, Moral y Socialismo: Ciencias Sociales*, 2006.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1985.
- WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo*. São Paulo: Jorge Zahar, 2001.